



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**DÉBORA GOMES GALVÃO**

**CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS  
NO BRASIL (2000 – 2015)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí para obtenção do título de Mestre.

Teresina

2016

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

G182c Galvão, Débora Gomes.

Crise de representatividade dos partidos políticos no Brasil (2000-2015) /

Débora Gomes Galvão. – 2016.

85 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí,  
2016. Orientação: Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva.

1. Partidos Políticos. 2. Representação. 3. Eleição. 4. Comportamento Eleitoral.

I. Título.

CDD 320.981

DÉBORA GOMES GALVÃO

**CRISE DE REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS  
NO BRASIL (2000 – 2015)**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva (Orientador)

Departamento de Ciência Política – UFPI

---

Prof. Dr. Nelson Juliano Cardoso Matos (Examinador Interno)

Departamento de Ciências Jurídicas – UFPI

---

Prof. Dr. Fernando Ferreira dos Santos (Examinador Externo)

Departamento de Ciências Jurídicas – UFPI

---

Prof. Dr. Jesusmar Ximenes Andrade (Suplente)

Departamento de Ciências Contábeis – UFPI

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS, que iluminou meu caminho para que eu chegasse até aqui.

Ao meu orientador, Professor Dr. Cleber de Deus Pereira da Silva, por seu apoio, sua dedicação e atenção, fatores fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos familiares e amigos que sempre me incentivaram e apoiaram nessa jornada.

## RESUMO

A expansão da democracia foi um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX. Apesar dos grandes avanços democráticos vistos por toda parte, a insatisfação política, a desconfiança de partidos e a descrença de governos crescem nas novas e velhas democracias. Isto é, apesar do aumento de países democráticos, os modelos apresentados de democracia têm inspirado os estudos de analistas. A presente pesquisa versa sobre o comportamento político eleitoral, destacando o papel dos partidos políticos como meio de representação da população. Parto da hipótese de que os partidos políticos estão sofrendo uma crise de representatividade no cenário brasileiro e tenho como objetivo apontar artifícios suficientes para testar essa hipótese. Utilizei dados extraídos de *surveys* aplicados por centros de pesquisa e estudos acadêmicos, especialmente, o Latinobarômetro, Datafolha Instituto de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa Estatística (Ibope) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo geral, portanto, consiste em demonstrar a crise de representatividade dos partidos políticos no Brasil entre os anos de 2000 a 2015. Em razão do contexto político contemporâneo, o tema se torna de grande relevância e discussão na literatura, ensejando ricos debates sobre a vertente que trata de democracia, bem como analisa os países da América Latina em termos comparados ao Brasil.

**Palavras-chave:** Representação; Partidos Políticos; Eleição; Comportamento eleitoral.

## **ABSTRACT**

The expansion of democracy was one of the most important political phenomena of the twentieth century. Despite important democratic advances seen everywhere, political dissatisfaction, distrust of parties, and disbelief governments grow in new and old democracies. This is despite the increase in democratic countries, the models presented in democracy have inspired the research analysts. This research deals with electoral political behavior, highlighting the role of political parties as a means of representation of the population. I start from the assumption that political parties are suffering a crisis of representation in the Brazilian scene and I aim point enough devices to test this hypothesis. I used the survey research drawn from research centers and academic studies, especially the Latinobarómetro, Datafolha Research Institute, the Brazilian Institute of Opinion Research and Statistics (IBOPE) and the Superior Electoral Court (TSE). The overall objective was to demonstrate the crisis of representation of political parties in Brazil between the years 2000 to 2015. Because of the contemporary political context the issue becomes of great importance and discussion in the literature, allowing for rich discussions on the topic that comes to democracy and analyzes the Latin American countries in terms compared to Brazil.

**Keywords:** Representation; Political parties; Election; Electoral behavior.

## TABELAS E GRÁFICOS

Tabela 1 - Frequência de Eleições com máxima volatilidade por décadas – Europa Ocidental (%)

Tabela 2 - Confiança nos partidos políticos – Brasil 2000 – 2015 (%)

Tabela 3 – Confiança nas instituições – Brasil – 2009 – 2015 (%)

Tabela 4 - Confiança no congresso – Brasil 2000 - 2015 (%)

Tabela 6 - Confiança no congresso – América Latina 2015 (%)

Tabela 5 - Eleições presidenciais – Brasil 2002 – 2014

Gráfico 1 – Abstenção eleitoral – Brasil – 2014 (%)

Gráfico 2 – Pessoas que simpatizam com os partidos políticos – Brasil 2000 – 2015 (%)

Gráfico 3 – A proximidade com os partidos políticos – América Latina 2015 (%)

Gráfico 4 – Representação pelo Congresso – Brasil 2015 (%)

Gráfico 5 – Representação do Congresso na América Latina – 2015

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCDOB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PFL	Partido da Frente Liberal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PR	Partido da República
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PDS	Partido Democrático Social
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
PPS	Partido Popular Socialista
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
Psol	Partido Socialismo e Liberdade
PSUT	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PV	Partido Verde
PSB	Partido Socialista Brasileiro



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b><i>CAPÍTULO I</i> — REPRESENTAÇÃO POLÍTICA</b> .....	14
<b>1.1. Democracia e Representação Política</b> .....	19
<b>1.2. Ideais de Governo Representativo: sob a Ótica de Bernard Manin</b> .....	21
<b>1.3. Representação: Partidos Políticos, Transformações e Mudanças</b> .....	24
<b><i>CAPÍTULO II</i> — PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL</b> .....	30
<b>2.1. Representação: Partidos Políticos e o Personalismo Político</b> .....	32
<b>2.1.1 Personalismo Político e Escolha Não Racional</b> .....	38
<b><i>CAPÍTULO III</i> — REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS: PROBLEMÁTICA</b> .....	44
<b>3.1. Partidos Políticos Ainda Importam?</b> .....	54
<b><i>CAPÍTULO IV</i> — REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O CASO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA (2000-2015)</b> .....	59
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	74
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	79

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, presenciamos fenômenos políticos que colocam em evidência a importância dos estudos sobre o comportamento político. A presente pesquisa versa sobre comportamento político eleitoral, destacando o papel dos partidos políticos como meio de representação da população. Em vista disso, neste estudo, parto da hipótese de que os partidos políticos estão sofrendo crise de representação no cenário político brasileiro. Através da ampla literatura estudada, tenho como objetivo apontar artifícios teóricos suficientes para testar essa hipótese. Utilizarei como base empírica as pesquisas *survey* extraídas dos centros de pesquisa e estudos acadêmicos, sobretudo, o Latinobarômetro<sup>1</sup>, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)<sup>2</sup>, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Datafolha Instituto de Pesquisas.

No Brasil há uma literatura significativa sobre a temática da representação política, modelo adotado no nosso sistema político, tendo em vista que vivemos em uma democracia representativa, em que os eleitores escolhem seus representantes através do sufrágio universal. No entanto, hoje, notamos que os partidos pouco se diferenciam no jogo político e no campo ideológico, tão pouco cumprem suas promessões ao ingressarem no poder.

Todos esses eventos colocam os estudos sobre cultura política, comportamento eleitoral na ordem do dia e suscitam uma série de perguntas de pesquisa: Os cidadãos sentem-se representados por partidos políticos? São os partidos uma instituição em crise? Os eleitores confiam nas instituições políticas? Existe lealdade partidária? O voto é no candidato ou no partido? Qual será o futuro dos partidos políticos?

O diagnóstico de parte da literatura é predominante na linha de que os eleitores têm se afastado dos partidos em boa parte das democracias. O que se evidencia mediante os índices baixos de filiação, militância e identificação partidária, pelo menor peso do voto partidário e pela maior desconfiança nas instituições (KATZ e MAIR, 1994; WOLINETZ, 1990; DALTON E WATTENBERG, 2000; BAQUERO, 2000;

---

<sup>1</sup> Latinobarômetro é um estudo da opinião pública em que são aplicadas anualmente 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes.

<sup>2</sup> Estudo anual que monitora a evolução da confiança da população em instituições e grupos sociais. Entre as instituições monitoradas, estão: bombeiros, Forças Armadas, bancos, sistema judicial, governos, partidos políticos, igrejas e imprensa.

WEBB, FARREL E HOLLIDAY, 2002; MIGUEL, 2003; PUTMAN, 2000; MAIR, 2015). Tal distanciamento pode desencadear em consequências como a crise ou transformação do modelo democrático ao qual estamos inseridos, bem como despertar novos meios de mobilização política em detrimento dos papéis partidários.

Em contrapartida, mesmo havendo o citado distanciamento, é atribuída aos partidos, em quase todas as democracias — em uma mais, e em outras menos —, a responsabilidade de conquistar e escolher candidatos, organizar o processo eleitoral, bem como mobilizar eleitores, representar interesses da população, implementar políticas públicas, ocupar assentos no parlamento, isto é, governar e fazer a oposição. Assim, os partidos vêm atuando nas três arenas da democracia representativa: eleitoral, parlamentar e governamental.

Os partidos políticos como objetos multifacetados, ou seja, com atuação em várias arenas, podem estar perdendo a capacidade em determinadas áreas e em outras não. Por esse motivo, para alguns cientistas políticos, em outra direção aos que corroboram com a crise, não há um declínio dos partidos, mas simplesmente uma adaptação aos novos tempos (SELLE e SVASAND, 1991; MANIN, 1995). As mudanças pelas quais os partidos estão passando seriam apenas necessárias adaptações ao macro ambiente político e econômico atual (KITSCHOLT, 2004).

Através dos problemas e inferências que o debate teórico nos remete, tornou-se possível enumerar questionamentos provenientes da literatura que proporcionaram o embasamento metodológico desta pesquisa e a construção de um estudo sobre a representatividade dos partidos políticos na conjuntura política brasileira contemporânea.

Dessa forma, a ênfase nos partidos políticos torna-se relevante na medida em que eles se constituem no eixo fundamental da representação política. Historicamente, os partidos políticos sempre foram tidos como essenciais para a manutenção e concretização da democracia representativa, com a atribuição de organizar a relação entre o Estado e a sociedade. Portanto, espero contribuir para elucidar o problema desta pesquisa, o qual consiste em entender o papel dos partidos políticos e se estes estão passando por uma crise de representação, tendo por base o período de 2000 a 2015.

Algumas questões passíveis de indagação que serão investigadas neste estudo podem ser assim resumidas: Os cidadãos sentem-se representados por partidos políticos? São os partidos uma instituição em crise? Os eleitores confiam nas

instituições políticas? Existe lealdade partidária? O voto é no candidato ou no partido? Qual será o futuro dos partidos políticos?

A análise da desconfiança nas instituições contribuiu para fornecer subsídios à questão central desta dissertação. Para tanto, as principais instituições analisadas foram os partidos políticos e o congresso nacional. Esta análise justifica-se porque a confiança nas instituições, a lealdade partidária, o voto partidário, a volatilidade eleitoral e, sobretudo, a representatividade seriam, então, explicações para a crise de representatividade dos partidos políticos. Em outras palavras, se os cidadãos desconfiam das instituições, não confiam nos partidos políticos, não são leais a estes, votam no candidato, são voláteis e se abstêm. Em suma: a relação entre o eleitorado e os representantes encontra-se estremecida.

Diante da interpretação acima, analisou-se a hipótese de que os partidos políticos são uma instituição que está passando por uma crise de representatividade, entre outros motivos, devido à interpretação segundo a qual as instituições (Congresso e Partidos Políticos) carecem de confiança e simpatizantes. Ademais, a abstenção eleitoral crescente, a falta de lealdade partidária e a volatilidade eleitoral contribuem para tal situação. Logo, é plausível afirmar que estas variáveis são fatores centrais para a verificação da crise de representatividade pela qual vêm passando os partidos políticos.

Para a análise das especificidades do caso brasileiro, incorporou-se a esta pesquisa um paralelo com estudos já feitos em ordem nacional e internacional. Um trabalho exemplar foi o realizado por Peter Mair (2015), em pesquisa pela Europa Ocidental, no qual constatou que, a partir dos anos 90, os partidos políticos vêm sofrendo queda na sua representação. Outra de suas conclusões se refere à importância dos partidos, uma vez que estão cada vez menos necessários na representação e intermediação de interesses nas democracias consolidadas. Isso porque, a seu ver, a articulação de interesses e das demandas populares acontecem fora das instituições partidárias.

Acredito que através desta conexão seja possível também avaliar o caso brasileiro, pois o autor trata de democracias consolidadas como a brasileira, que enfrenta a falta de confiança, abstenção eleitoral, baixa representação e distanciamento do eleitorado dos partidos políticos. Portanto, infere-se que devido a uma série de razões — a exemplo de mudanças nos partidos e na sociedade — seja crescente a incapacidade dos partidos para funcionarem como agentes de representação.

Dessa maneira, a estrutura dos capítulos seguirá uma lógica determinada. Em primeiro lugar, o trabalho está dividido em duas partes, uma teórica e outra empírica. Na parte teórica, o primeiro e segundo capítulos tratam de representação política, bem como de partidos políticos e da problemática quanto à representatividade da citada instituição. No terceiro, iniciamos a parte empírica com as pesquisas realizadas nos centros de pesquisa: Latinobarômetro, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Datafolha Instituto de Pesquisas e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados coletados no terceiro capítulo serviram de teste da hipótese levantada na presente pesquisa e ofereceram suporte para a observação de como a sociedade brasileira avalia o fenômeno estudado e se comporta diante dos partidos políticos enquanto instituições de representação política. Nessa perspectiva, considerando que me dedico ao estudo do comportamento eleitoral no Brasil, é de suma importância a análise da opinião pública quanto à representatividade e à confiança nas instituições partidárias.

As pesquisas empíricas são essenciais, verificando o alto grau de desconfiança nos partidos políticos, o baixo grau de representação das instituições e proximidade para com os partidos políticos, e o alto grau de abstenção nas últimas eleições. Além disso, existem indicadores na literatura para o teste da hipótese de crise de representatividade dos partidos políticos, como os indicadores apontados por Russel Dalton (2000) e Peter Mair (2015).

Nas considerações finais, quarto e último capítulo, retomo o paralelo do fenômeno que vem ocorrendo nas democracias consolidadas, tanto na Europa Ocidental, América do Sul, bem como no Brasil, entre os anos de 2000 a 2015. Esta abordagem é essencial para compreender que os partidos políticos brasileiros, de fato, passam por crise de representatividade no país, considerando o período anteriormente citado. Portanto, a utilização de dados empíricos nacionais e internacionais, coligidos dos centros de pesquisa e dos demais pesquisadores do tema, foi imprescindível para entender esse fenômeno político, como será possível verificar ao longo desta dissertação.

## *CAPÍTULO II*

### **PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL**

Os partidos políticos existem nas democracias indiretas ou representativas, nas quais, segundo Kelsen (1992), a função legislativa é exercida por um parlamento eleito pelo povo, e as funções administrativa e judiciária, por funcionários igualmente escolhidos por um eleitorado.

A ligação entre partidos políticos e democracia tem sido largamente aceita. Assim como apontam muitos estudos, os partidos políticos são uma condição necessária, porém não suficiente, para o funcionamento do regime democrático (LA PALOMBARA & WEINER, 1966; ELDERSVELD, 1982; SARTORI, 1982; ALDRICH, 1995). A importância pode ser entendida pelas diferentes funções que possuem: na arena eleitoral, possibilitam a competição política, além de envolverem-se em políticas públicas através de sua agenda e na governabilidade. Portanto, as instituições partidárias são fundamentais porque atuam tanto na representação quanto na arena governamental (MAINWARING, 1999; SCHMITTER, 2001).

Mesmo o caso brasileiro fazendo parte das democracias da terceira onda (HUNTINGTON, 1991), ele se diferenciou em alguns aspectos. Um dos exemplos foi que, após o golpe militar, deu-se origem ao regime autoritário, de forma que o sistema partidário então vigente extinguiu-se e foi substituído pelo bipartidarismo. Em 1974, teve a restituição do pluripartidarismo (REIS, 1978; KINZO, 1988; LAMOUNIER, 1988).

Depois, com a redemocratização, sugeriram novos sistemas partidários por meio de cisões de partidos herdeiros do bipartidarismo, através de fusão e dos novos grupos sociais que surgiram com a transição política (NICOLAU, 1996; BRAGA, 2006). De tal modo, a população teve que se adaptar aos diferentes tipos de partidos, bem como às suas diferentes ideologias e programas.

A redemocratização brasileira alterou o relacionamento entre a sociedade e o estado e entre representação e democracia, vindo esta a se consolidar com a Constituição de 1988. Com a redemocratização, o sistema político passou por inovações tais como a pluralização do sistema partidário; sistema eleitoral democrático; reorganização político-administrativa do país; ampliação da responsabilidade do Estado e a presença da soberania popular. Já que em democracias o poder emana do povo.

Passando pelo histórico brasileiro, o golpe militar de 1964 mudou a evolução partidária no Brasil, apesar de não ter acabado com os partidos, no entanto deixou-os mais fracos, uma vez que o regime militar era repressivo e autoritário. Os partidos só foram extintos em 1965 com a decretação do AI-2 (27/10/1965). No AC-4 (20/11/1965), exigia-se o quórum de 1/3 dos senadores e 1/3 dos deputados para a criação de partidos. Assim, configurou-se o sistema bipartidário compulsório, em que tiveram formações partidárias como a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Este último teve a função de fazer uma oposição tolerável ao regime.

A ARENA, fundada em 1966, como consequência do golpe militar, era formada por setores conservadores da sociedade brasileira, e tinha a orientação ideológica de extrema direita, com integrantes que apoiavam a ditadura. Participou ainda de quatro presidentes militares no Brasil: Costa e Silva (1967-1969); Emílio Garrastazu Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); João Figueiredo (1979-1985), os quais foram eleitos indiretamente durante a ditadura.

O partido de oposição MDB era formado por setores mais liberais da sociedade brasileira, com poucos representantes das classes operárias. Era o único partido autorizado a fazer oposição, pois essa oposição existindo transformava a ditadura em mais “democrática”.

Em 1979, após o período de anistia, os partidos voltaram a funcionar e houve a troca do bipartidarismo para o pluripartidarismo com o surgimento de vários partidos. Com o pluripartidarismo, surgiu o Partido Democrático Social (PDS), fundado em 1980, que veio a suceder a Arena, sendo mais conservador.

Em 1995, o PDS mudou para Partido Progressista Brasileiro (PPB) e, em 2003, mudou novamente de nome para Partido Progressista (PP). Em 1980, Leonel Brizola fundou o Partido Democrata Trabalhista (PDT). Também em 1980, foi fundado o Partido dos Trabalhadores (PT), um dos mais importantes partidos de esquerda do Brasil, com origens na luta sindical e operária e no clamor por uma maior participação popular brasileira.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) surgiu com os ex-integrantes do MDB, também foi fundado em 1980, e tinha como principais lideranças: Itamar Franco (presidente do Brasil de 1992-1994), Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, José Sarney (presidente do Brasil de 1986-1990), Michel Temer, Nelson Azevedo Jobim, Roseana Sarney, Renan Calheiros, dentre outros. O PFL, Partido da

Frente Liberal, foi fundado em 1985, como um partido conservador e com práticas econômicas neoliberais. Em 2007, mudou de nome para Democratas (DEM), tendo como principais líderes Marco Maciel, Onyx Lorenzoni, Antônio Carlos Magalhães.

Em 1988, surgiu o Partido Social Democrata Brasileiro, PSDB, fundado por dissidentes do PMDB, defendendo a democracia, a descentralização administrativa, um crescimento econômico sustentável. O PSDB tinha como seus principais líderes: Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil 1995-2002), José Serra, Geraldo Alckmin, Aécio Neves, Yeda Crusius, Teotônio Vilela Filho, Franco Montouro. Já o PSB, Partido Socialista Brasileiro, antes fundado em 1947, foi redundado em 1985, como uma alternativa entre os partidos socialistas radicais à socialdemocracia. Seus líderes, dentre outros, eram: Rubem Braga, Antonio Houaiss, Arthur Virgílio Neto.

O Partido Popular Socialista (PPS), fundado em 1992, teve como principais líderes Roberto Freire, Rubens Bueno e Paulo Odone. Em 2004, foi fundado o Psol, Partido Socialismo e Liberdade, com ex-integrantes do PT e de outros partidos do PT, com diversas correntes ideológicas sindicais e com a defesa dos interesses das classes trabalhadoras. O Psol teve como exemplos de líderes: Heloisa Helena, João Fontes, Luciana Genro, Ivan Valente etc.

O Partido Verde (PV) foi fundado em 1986 por ambientalistas, que defendia o federalismo, o ambientalismo e o desenvolvimento sustentável. Seus principais integrantes foram: Fernando Gabeira, Gilberto Gil, José Sarney Filho, Marina Silva. Já o Partido da República (PR) foi fundado em 2006 com a fusão do Partido Liberal (PL) e do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), sendo um partido de centro-direita.

Além desses mencionados, o Brasil conta com muitos outros partidos tais como: Partido da Reconstrução Nacional (PRN)/Partido Trabalhista Cristão (PTC); Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU); Partido da Causa Operária (PCO); Partido da Reedificação Nacional (PRONA); Partido Comunista do Brasil (PCDOB) e Partido Comunista Brasileiro. Nota-se que no Brasil tem-se uma democracia representativa pluripartidária com uma grande variedade de partidos políticos.

## **2.1. Representação: Partidos Políticos e o Personalismo Político**

A expansão da democracia foi um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX, mas a situação da segunda década do século XXI implica em uma



incongruência. A despeito dos importantes avanços democráticos vistos por toda parte, a insatisfação política, a desconfiança de partidos e a descrença de governos crescem nas novas e velhas democracias. Isto é, apesar do aumento de países democráticos, as correntes falhas nos modelos apresentados de democracia têm inspirado os estudos de analistas, exigindo-se um aprofundamento dessa realidade para que seja possível progredir na elucidação de suas causas.

Os partidos políticos atuam de maneira determinante nas três arenas fundamentais da democracia representativa: eleitoral, parlamentar e governamental. Nesse sentido, Vera Maria Nunes Michels (2004) afirma que:

Podemos entender, assim, que o partido político, como pessoa jurídica de direito privado, é um grupo social de relevante amplitude, destinado à arregimentação coletiva, em torno de ideias e de interesses, para levar seus membros a compartilhar do poder decisório nas instâncias governamentais. (MICHELS, 2004, p. 151)

É pertinente constatar que existe um pressuposto abstrato na própria existência dos partidos políticos. Deste modo, tais instituições funcionam como base ideológica para as diversas maneiras que os indivíduos possuem de interpretar a realidade do mundo. Na observação de Duverger, “poderíamos afirmar que os eleitos representam seus eleitores não como um mandatário representa seu mandante, mas como uma fotografia representa o objeto fotografado”.

Nesse sentido, García-Pelayo (1986) destaca que só os partidos podem “converter as necessidades expressas ou latentes e os desejos mais ou menos difusos de parcelas da população em pretensões precisas e concretas”. Assim, são os partidos políticos, representando o povo, que organizam estratégias ideológicas para o convencimento dos seus eleitores, através de programas bem definidos.

Deste modo, os partidos funcionam como filtros para selecionar ou recrutar os indivíduos que formarão a representação das democracias, especialmente quando no país necessita-se de filiação partidária, como é o caso do Brasil. Assim, cabem às instituições políticas o indispensável papel de recrutar e selecionar aqueles que terão a oportunidade de alcançar os cargos de poder. No entanto, mesmo com o papel central dos partidos políticos na escolha dos representantes, nos países ocidentais vêm se discutindo a crise de representatividade dessas instituições.

Antes, tais instituições possuíam ideologias que caracterizavam o partido, e quando os representantes chegavam ao poder, cumpriam com as propostas apresentadas ao eleitorado. Nos dias atuais, notamos campanhas baseadas no personalismo, em que

os governantes chegam ao poder não pelas políticas que apresentam e pela proximidade com seus eleitores, e sim pela habilidade na propaganda e na utilização dos meios de comunicação de massa. Segundo Bernard Manin:

A personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações: as pessoas votam de modo diferente, de uma eleição para a outra, dependendo da personalidade dos candidatos. Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido. Esse fenômeno assinala um afastamento do que se considerava como comportamento normal dos eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política. (1995, p. 26)

Esse mesmo autor aponta duas causas para as transformações na representatividade: o advento dos meios de comunicação de massa e o personalismo político. Os meios de comunicação política acometem a relação de representação. Os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, um papel que antes era exercido pelos partidos políticos.

Isto é, não notamos a presença de liderança, chefes políticos ou burocratas, porém percebemos os meios de comunicação realizando esse papel, e mais, realçando a personalidade dos candidatos através da comunicação de massa. Ou seja, o vitorioso nas democracias modernas passa a ser aquele que detém a melhor forma de comunicação, sendo a democracia do público o reinado do "comunicador". (MANIN, 1995, p. 26)

Portanto, nas novas formas de mobilização é predominante a ênfase aos candidatos na sua individualidade em detrimento das plataformas políticas. Os estudos contemporâneos revelam que os eleitores escolhem seus representantes de acordo com sua necessidade e simpatia do momento, mudando de voto de uma eleição a outra sem seguir nenhuma preferência ideológica ou partidária. O que demonstra que o comportamento dos eleitores varia, o que poderia enfraquecer a democracia partidária (MANIN, 1995; SILVEIRA, 1998; LAVAREDA, 2009).

Manin (2015), em um novo texto, quase vinte anos após a escritura do texto anterior sobre as metamorfoses do sistema representativo, atualiza suas ideias à luz de pesquisas mais recentes, apontando que os partidos políticos perderam campo em fidelidades duradouras. Para isso aponta como causas os níveis crescentes de educação e dos meios de comunicação de massa:

Há uma área em que os partidos sem dúvida perderam terreno: eles já não atraem as fidelidades duradouras dos eleitores. Mais precisamente, não atraem essas fidelidades no mesmo grau que antes. As evidências de erosão das fidelidades partidárias foram crescentes desde que escrevi minha explicação original da democracia do público. A tendência agora foi

documentada em todas as democracias estabelecidas. Isso sugere que estamos vendo aqui não apenas as fortunas flutuantes de partidos particulares, nem os efeitos de sistemas partidário específicos, mas uma mudança fundamental, impulsionada por desenvolvimentos gerais, como a passagem de economias industriais para economias de serviços e a concomitante erosão de meios sociais tradicionais, níveis crescentes de aquisição educacional e o papel dos meios de comunicação de massa. (2015, p. 116)

Enfatiza-se, novamente, que existe falta de identificação do povo com os governantes, juntamente com a escassa preparação — tanto do eleitorado quanto dos candidatos — para a participação política, provocando um desequilíbrio no ideal de funcionamento da política, em que nem os representantes seguem o que fora estipulado (chegam ao poder e não cumprem suas propostas), menos ainda, os representados sabem como funciona o jogo político, ficando assim descrentes.

O referido distanciamento dos eleitores e partidos tem desdobramentos mais profundos, tais como: a apatia dos eleitores, a desconfiança nos agentes políticos e o sentimento de incapacidade de afetar as decisões políticas. Desta maneira, a literatura se preocupa em estudar principalmente as mudanças ocorridas nos partidos no final do século XX, com o distanciamento deles da sociedade e a aproximação cada vez maior do aparelho governativo e estatal. A teoria do distanciamento dos partidos é tratada por diversos autores (WOLINETZ, 1990; KATZ e MAIR, 1994; MANIN, 1995; DALTON, 2000), evidenciando a perda da capacidade dos partidos de massa de atrair a população para seu interior e o declínio de suas funções representativas.

Além dos partidos perderem a sua representatividade ao se aproximarem do organismo governamental, também ficam comprometidos com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, o aumento do nível educacional da população, e a diminuição das diferenças ideológicas entre os partidos, que nas eleições se aproximam cada vez mais um dos outros em suas estratégias e no olhar da população (FARREL e WEB, 2000; MAIR, 1994; WOLINETZ, 1990).

Segundo Mair (1994), os partidos passam do modelo de massas, no qual atuavam em um modelo de representação da sociedade, para um modelo de independência que se aproxima do aparelho estatal, mais especificamente aos recursos do Estado que se tornam fundamentais para a sua existência. A exemplo disso, segue cinco recursos estatais essenciais: i) comunicação — a publicidade partidária é regulamentada por leis governamentais que minimizam os custos fornecendo espaço para os partidos nos meios de comunicação; ii) pessoal — os partidos recebem funcionários para auxiliá-los nas tarefas pelo Estado; iii) finanças — os partidos buscam

cada vez mais financiamento do Estado em detrimento dos seus filiados; iv) obediência a regulações estatais — sua atividade e organização são reguladas por leis estatais; v) patronagem — que significa uma troca de cargos no governo por apoio no legislativo.

Com a dependência dos partidos com os recursos estatais, de acordo com Mair (1994), há uma mudança no centro da gravidade dos partidos, causando o enfraquecimento do centro da organização e a queda da identidade partidária. Ainda sobre o tema, Russel Dalton (2000) argumenta que existe uma diminuição dos laços dos partidos com população através de mudanças sociais, com o aumento da informação política e do surgimento de outros grupos que fazem comunicação política que antes era papel unicamente dos partidos políticos. Esta situação causa o pouco interesse de entrada de novos membros e da participação no próprio interior do partido, já que as informações políticas vêm sendo recebidas através de outros meios de comunicação, principalmente através das mídias.

Como apontado acima, os partidos políticos na utilização da comunicação em massa estão cada vez mais conferindo o caráter mais personalista à política, se utilizando de programas fugazes para a mera obtenção do poder, com o conseqüente desengajamento da população frente às instituições e aos representantes, o que também se revela na aproximação dos partidos políticos com o aparelho estatal e não com seus eleitores, uma vez que antes um dos seus principais papéis era a informação política, a qual está sendo substituída pelas novas mídias.

Isto é, apesar de o desengajamento ser apontado através de fatores estruturais dos partidos, cita-se também, como causa do declínio dos partidos enquanto instituições representativas, o refinamento das massas, o aumento da escolarização dos indivíduos e da disponibilidade da informação política, além do desenvolvimento dos meios de comunicação e grupos de interesse (DALTON; WATTENBERG, 2003; MAIR, 2003; BAQUERO, 2000). Desta maneira, Putnam (2003) apresenta uma visão pouco otimista sobre a relação entre eleitores e partidos, constatando que, com o aumento do desengajamento, pode haver uma diminuição do comparecimento eleitoral, fugazes opções e opiniões sobre os votos e a incredulidade nas instituições representativas.

Considerando que inexistente consenso na literatura sobre os efeitos do desengajamento, ratifica-se a afirmação de Dalton (2003, p. 317), ao asseverar que “o desalinhamento partidário tem potencial para produzir conseqüências, quer positivas, quer negativas, para a política eleitoral, dependendo do modo como os sistemas partidários e os eleitores regem nesse novo contexto”. Ou seja, para o autor, o

desalinhamento partidário pode ser negativo, uma vez que os partidos estão no centro da representatividade, como pode ser positivo, trazendo refinamento dos eleitores através dos meios de comunicação de massa.

Ainda sobre o tema, Dalton & Wattenberg (2000) desenvolvem a tese do desalinhamento partidário ao perceberem que nas democracias contemporâneas existe um processo de declínio dos partidos políticos frente aos cidadãos, e não apenas uma mera crise passageira. Demonstram ainda, que o problema é global. Para isso utilizam como exemplos os casos dos Estados Unidos e do Reino Unido, que possuem elementos explicativos para o fenômeno, quais sejam: o desenvolvimento dos meios de comunicação, que se tornam o meio para obtenção política; o aumento do nível educacional; os movimentos sociais e as novas formas de manifestações políticas (petições, movimentos, protestos, as quais substituem as formas tradicionais de comportamento político vinculados ao partidarismo).

Em uma média global, leva-se em consideração 107 países para pesquisa, constata-se 65% da população possui baixa confiança nos partidos políticos, segundo dados na Transparência Internacional<sup>3</sup>. Assim, infere-se que a representação tem passado por metamorfoses que provocam vários resultados como: a corrupção, violência, deslealdade, falta de ética, ruptura de acordos e pactos. Enfim, a política passa por uma situação crítica com altos índices de desconfiança nas instituições. A democracia representativa enfrenta uma crise ou transformação? No contexto brasileiro, segundo MANFREDINI:

[...] o que tem se vivenciado no Brasil é a crise desse modelo. Os representantes já não representam o povo; este, por sua vez, já não se interessa pelos assuntos políticos. O número de partidos cresce, mas as ideologias continuam as mesmas, e, o poder legislativo ainda não logrou sua independência, continua a operar com preponderância do executivo (2008, p. 25).

Em conformidade a tese de Manfredini (2008), trazendo para o contexto brasileiro, os índices de confiança política sempre foram baixos, mas nos últimos anos a identidade partidária vem firmando-se abaixo dos 40% (VEIGA, 2011). Tal falta de confiança ficou clara nas manifestações ocorridas em junho de 2013, na qual houve grande participação da população, com demandas diversas, destacando o inconformismo com os problemas de corrupção no país.

---

<sup>3</sup> <http://br.noticias.yahoo.com/81-dos-brasileiros-tacham-partidos-corruptos-103200076.html> (Acesso em 10/07/2015).

Um levantamento dos dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope)<sup>4</sup>, durante a realização das manifestações no Brasil em junho de 2013, revela que em sete capitais brasileiras e no Distrito Federal, 89% dos manifestantes não se sentem representados por nenhum partido, demonstrando uma quebra brusca na identificação partidária. Fica, portanto, visível a ligação que a população faz entre os problemas na administração governamental do país e a incapacidade dos partidos políticos em resolvê-los, aumentando ainda mais a incredulidade dos eleitores.

Outro dado do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope)<sup>5</sup> demonstra que 81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como corruptos ou muito corruptos, e ainda sobre o Índice de Confiabilidade Social (ICS) também apurado pelo Ibope em 2013, entre as 18 instituições avaliadas, os partidos políticos são os que possuem o menor índice de confiança pela população, apenas 25%, estando atrás até dos bancos, dos governos, da política em diversas instâncias.

Portanto, há um afastamento dos representantes dos representados, bem como esse canal de interligação, que antes era administrado pelos partidos políticos, encontra-se sacrificado pela nova presença das tecnologias digitais que vêm substituindo o papel das instituições partidárias e tornando as eleições cada vez mais personalistas.

### **2.1.1 Personalismo Político e Escolha Não Racional**

A representatividade política é associada à representação social. Isso porque, pelo lógico, o eleitor apenas apoiará determinado candidato com voto para representá-lo politicamente se os ideais, pensamentos e ações daquele candidato corresponderem, minimamente, com as posições ideológicas do eleitor. Assim, pode-se concluir que o eleitor precisa identificar-se socialmente para dar a alguém o poder de representá-lo perante o sistema político.

A discussão parte desse pressuposto, se os partidos políticos ainda possuem além da representação política, que é obrigatória pela legislação, também a representação social dos eleitores, aquela que representa os anseios, pensamentos e ideais. Segundo

---

<sup>4</sup> Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx> (Acesso em 19/08/2015)

<sup>5</sup> 81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como corruptos ou muito corruptos. IBOPE. [s.l.], 2013. Disponível: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-%20.aspx>. Acesso em 22/10/2015

Miguel (2000), são três “conjuntos de evidências” que fundamentam a tese da crise do regime representativo moderno: “o declínio do comparecimento eleitoral, a ampliação da desconfiança em relação às instituições, medida por *surveys*, e o esvaziamento dos partidos políticos”. Miguel (2003: 124).

Existem, também, elementos utilizados para evidenciar uma crise no sistema representativo, tais como: as ideologias políticas sem força, a burocratização dos partidos, personalização da política, o marketing político e a escolha não racional. Segundo Baquero,

[...] a insatisfação dos cidadãos face à incapacidade do sistema partidário em canalizar suas aspirações adequada e eficazmente tem contribuído decisivamente para o crescente distanciamento do eleitor dos partidos e para a emergência de formas alternativas de representação política à margem dos partidos tradicionais. (BAQUERO, 2000 p.13)

A crise do sistema partidário, como representante ideológico de uma sociedade ou de parte dela perante o poder legislativo, acentua-se na medida em que poucos são os eleitos que conseguem corresponder aos anseios do povo, enquanto sujeitos representados. Isto é, a falta de legitimidade partidária pode advir de um desvirtuamento dos interesses sociais do povo, que se dá pela relação escassa de confiança entre os eleitores e os partidos políticos. Isso ocorre porque os partidos ingressam no parlamento e quase nunca correspondem aos anseios populacionais, descumprindo as propostas apresentadas, o que enfraquece ainda mais o jogo político.

Flávio Eduardo Silveira (1998) observa, na sua pesquisa, que a maioria dos eleitores escolhem candidatos com dispares políticos, ou seja, candidatos que pertençam a partidos políticos com ideologias e planos de governo completamente diferentes, alegando motivos semelhantes, durante um mesmo processo eleitoral.

Portanto, nota-se, além da falta de confiança, a variedade no comportamento eleitoral através de opções distintas em processos eleitorais, com escolhas não racionais e políticas para as decisões eleitorais. Isto é, a maioria do eleitorado se apresenta sem coerência, decidindo seu voto em razão de princípios relacionados à afetividade, gostar ou simpatizar com o candidato, extraindo essa percepção através de imagens, modo de falar, de olhar e de se pronunciar. Segundo Silveira (1998, p.11), o “novo eleitor não-racional faz sua escolha eleitoral através de intuição, sensibilidade e gosto, formas de conhecimento distintas do pensamento racional discursivo e analítico”.

A escolha não-racional está diretamente ligada à imagem do candidato, à intuição e à sensibilidade do eleitor. Este faz sua escolha baseada não em critérios

racionais, e sim de acordo com quem ele acredita ser melhor. Portanto, independe de qual partido esse candidato encontra-se filiado ou qual ideologia e plano de governo este pretende adotar. Como destaca Kant (1987), as percepções intuitivas são cegas, o que pode levar a uma aparência não real. Então, não basta serem utilizadas intuições, devem ser usados métodos racionais de escolha políticas, tendo em vista que as escolhas racionais permitem lógica para o alcance do resultado.

O novo eleitor não-racional não pensa propriamente em política, não julga candidatos por ideologia ou por questões do mundo político. Recorre, portanto, à intuição, a seu critério de gosto e subjetivismo. O Brasil é ilustrativo dessa situação, pois Fernando Collor de Melo foi eleito por um partido de pouca relevância política, o que demonstra que os eleitores escolheram predominantemente a pessoa do candidato.

Assim, são justamente os candidatos que possuem maior carisma e poder de convencimento que levam vantagem na política eleitoral, uma vez que o subjetivismo se torna mais presente do que as próprias propostas e ideologias partidárias, que são intermediadas por partidos políticos.

Essa capacidade de impressionar, de convencer ou liderar multidões, foi observada por Max Weber, que a designou de dominação carismática. Na dominação carismática, a autoridade é aceita por sentimentos afetivos dos dominados, ou seja, os denominados se sujeitam em razão das qualidades pessoais e subjetivas dos dominadores. De acordo com este pensador, não há formação profissional por parte do carismático, que tem caráter autoritário e imperativo. Logo, essa dominação carismática é instável, pois não há segurança de que os dominados sempre irão ter devoção pelos dominadores. Segundo Silveira,

Com a democracia eleitoral, o líder carismático pode ser escolhido pela população. A liderança política carismática seduz o eleitorado através da sua capacidade de mobilizar sentimentos e de fazer crer nas suas qualidades especiais e na sua missão política. Os seguidores são orientados por motivações emocionais e afetivas relativas à identificação, admiração e adoração ao líder. (1998, 197)

Desta maneira, infere-se que o voto do eleitor é definido não para o partido, ou conforme concepção ideológica que este adota. O voto é primeiramente personalista a um candidato, escolhido mediante critérios subjetivos de afinidade pessoal. Isto é, o voto do eleitor não racional pode vir a ter constantes mudanças, tendo em vista que depende da forma de sedução das lideranças.



Evidenciando ainda mais os fatos destacados, apontamos o surgimento dos meios de comunicação de massa e o domínio eletrônico os quais, além de intensificar o caráter personalista nas eleições, têm passado a suprir a antiga reunião de massas e têm se consolidado como principais instrumentos de influência da opinião pública, em que o candidato é de fato apresentado como um produto no mercado político. Novamente, pode-se falar em crise na representação social dos partidos políticos, uma vez que os partidos políticos podem não representar os ideais do povo. Como? O povo elege os representantes, mas não têm conhecimento das políticas que estes pretendem executar, considerando que, para a escolha dos candidatos, estes se utilizam não de escolhas racionais e políticas, e sim de critérios subjetivos emocionais e afetivos. Segundo Santo (2011, p. 96), “aspectos tais como prestígio pessoal evidenciado pelos candidatos, assim como a conjuntura política, tornaram-se mais significativos em termos de escolha eleitoral do que o partido ou a ideologia políticas”.

A escolha do candidato pela sua imagem e aceitação foi analisada e sustentada por Martin Wattenberg (1998), que utilizou como exemplo a vitória de Ronald Reagan nas eleições americanas, com sua política central voltada ao candidato.

Devido à expansão na mídia no Brasil, o eleitor não-racional teve ainda mais destaque, pois a mídia eletrônica propiciou um crescimento da inconstância eleitoral por meio da propaganda publicitária e do marketing político. Ou seja, a nova escolha não-racional cresceu como modalidade de decisão do voto a partir da expansão da mídia eletrônica, da utilização intensa dessa mídia pelas campanhas políticas e do desenvolvimento do marketing político e eleitoral. Se o eleitor não-racional, desprovido de saber político, não tivesse acesso, através da televisão, às imagens dos candidatos, ele não poderia escolher intuitivamente. (WATTENBERG,1998, 225)

O marketing político é utilizado de forma significativa nas disputas eleitorais, como uma forma de melhorar o desempenho e angariar mais votos, já que ele evidencia as características de liderança e de personalidade dos candidatos, neutralizando o que for de negativo e procurando atender o que os eleitores pretendem. Tem-se que o marketing é tido como uma ciência estruturada na pesquisa dos anseios do mercado com vistas ao melhor atendimento e satisfação das necessidades.

No contexto político, os partidos têm a responsabilidade de recrutar e selecionar candidatos, organizar a disputa eleitoral, mobilizar os eleitores, representar interesses do povo, são uma agremiação de pessoas que têm os mesmos ideais e se associam em um mesmo ente jurídico. Isto é, para que os partidos políticos mobilizem, recrutem e

selecionem os candidatos, estes se utilizam de práticas de marketing a fim de melhor atender as pretensões dos eleitores. Assim, conseqüentemente, buscam uma maior aprovação e mais filiações. É fundamental no marketing conhecer o produto, analisar o mercado, fazer propaganda, etc. Estas tendências essas acontecem dentro da política com a pesquisa eleitoral, por exemplo. Para Silva (2002, p.18), o marketing político:

é uma aplicação do conceito original ao campo político. É, portanto, o conjunto e planos e ações desenvolvidos por um político ou partido político para influenciar a opinião pública em relação a ideias ou atividades tenham a ver com eleições, programas de governo, projetos de lei, desempenho parlamentar e assim por diante.

Desta maneira, o marketing político é um conjunto de técnicas e processos com objetivo de mensurar, através das pesquisas realizadas, a natureza, a feição e o perfil do eleitorado. Isso permite traçar a melhor estratégia para o alcance da maior votação possível.

O crescimento da utilização de técnicas de marketing político e eleitoral, e o avanço da mídia eletrônica durante o processo eleitoral, intensificaram ainda mais a personalização da política, ou seja, o voto por afeição e simpatia a um candidato específico, independente de sua ideologia partidária. Isto é, o eleitor racional, aquele que escolhe de acordo com ideologia e de modo lúcido, que se interessa por programas ou regras de funcionamento do jogo político, é minoritário. Conforme Silveira,

O novo eleitor não-racional acredita menos em valores, regras, normas, métodos e mecanismos democráticos, e mais em pessoas atuantes na cena política. Confia em alguns poucos políticos em função das suas características morais e simbólicas, e não em partidos, instituições e estruturas políticas. Não estabelece vínculos fortes com partidos e organizações da sociedade civil. Suas identificações pontuais e fugazes, especialmente com candidatos enfraquece os partidos, que constituem, de um lado, pilares básicos da democracia representativa, e, de outro, instrumentos vistos como fundamentais para a transformação social na perspectiva socialista. (SILVEIRA, 1998, 235)

Assim, os partidos que obtêm êxito nas urnas são aqueles que detêm maior poder de convencimento, mais comunicativos e provocam a sensibilidade dos eleitores. Desta forma, ao invés de uma disputa dos partidos políticos quanto às melhores propostas ou programas é, na verdade, uma disputa que envolve o maior poder de convencimento e se utiliza das melhores técnicas para sensibilizar e criar afeição no eleitorado.

No atual Estado Democrático de Direito, em que os partidos políticos são essenciais para a consagração da soberania popular, este papel de representação do povo, através de mobilização política por seus atos, ideais e programas, está sacrificado em razão da personalização da política. Os eleitores funcionam como mero espectadores da mídia e escolhem seus candidatos distantes do mundo político, através de intuições.

Portanto, o candidato que consegue a aceitação emocional dos eleitores, dificilmente será derrotado nas urnas, principalmente se este tiver dominação carismática. Ou seja, tem mais chances de obter vitória eleitoral aquele “ candidato que leva vantagem sobre o adversário na percepção do caráter; das qualidades pessoais, dificilmente perde a eleição”, segundo Lavareda (2009, p. 185),

Os eleitores levam em consideração, além da história de vida do candidato, sua trajetória profissional e suas obras. Por meio disso, tiram conclusões sobre a personalidade e o caráter dele, o que pode reforçar sua intuição e sentimentos. Portanto, podemos concluir que, apesar de ainda estarem estando no centro do intermédio entre o Estado e Sociedade, os partidos políticos não são atualmente o principal ponto de referência para orientar o comportamento eleitoral. Ademais, a sua ineficácia implica na redução de sua credibilidade, bem como no surgimento de formas alternativas de participação política.

### *CAPÍTULO III*

#### **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTIDOS POLÍTICOS: PROBLEMÁTICA**

Os partidos políticos estão no centro da representação política, enquanto orientadores da conquista, do exercício e da manutenção do poder. Esta centralidade decorre do próprio papel desempenhado por estes no sistema político (WARE, 2004, pp. 25 – 31). Eles organizam o processo eleitoral, recrutam os candidatos e, por último, preparam e implementam decisões políticas. Portanto, os partidos políticos desempenham diferentes funções, de modo que se relacionam diretamente à atividade representativa. Acerca disso, Blondel (1965) afirma que a função de representação política dos partidos é realizada pelas atividades de seleção de candidatos a cargos eletivos.

O modelo de democracia representativa, adotado em várias sociedades complexas, precisa de instituições políticas que garantam o seu funcionamento. E apesar das críticas aos partidos<sup>6</sup>, são estes que têm assegurado a manutenção do modelo democrático representativo. Isto se deve, em grande parte, ao fato da democracia representativa conferir aos partidos políticos um lugar central, razão pela qual o monopólio da representação política é atribuído a eles (Dalton e Wattenberg, 2000: 261 – 262).

Como apresenta Sartori (1972: 471-473), nas democracias modernas é imprescindível que os cidadãos sejam representados por partidos políticos, pois os estes desempenham papel fundamental. Assim, os eleitores escolhem o partido, e os eleitos são escolhidos pelo partido. Como assinala Duverger (1987), a representação moderna tem base em um mandato duplo: um dos partidos e outro dos representantes. Desta feita, na representação se inserem três elementos: os representados, os partidos e seus representantes. Por isso, não é uma relação direta entre os eleitores e os eleitos (Sartori, 1972:470-471).

Por conseguinte, para Bobbio (2000, pp. 470-471), antes a representação era entre os representantes e os representados, porém a entrada dos partidos de massa levou a uma mudança da natureza da representação política. Os partidos se posicionaram, então, na frente dos eleitores e dos eleitos, ou seja, houve uma intermediação partidária.

---

<sup>6</sup> Este assunto será abordado de forma minuciosa no próximo capítulo.

Nesse contexto, os partidos passaram a ter uma relação imperativa com os eleitos, tendo em vista que estabeleceram diretrizes políticas aos representantes, vinculando seu comportamento. Assim, os partidos passaram a modelar significativamente a relação entre os eleitos e eleitores ao dirigir e fornecer caminhos e diretrizes aos parlamentares.

Desta feita, conforme Pasquino (2002), a maioria dos parlamentos são parlamentos de partidos, uma vez que a organização da eleição política e o recrutamento dos candidatos para os cargos eletivos são controlados pelos partidos, os quais, por sua vez, influenciam no modo de atuação dos representantes. Um exemplo de um parlamento de partidos é o inglês, no qual os deputados têm a autonomia reduzida, uma vez que o processo de recrutamento e o processo de eleição são controlados pelos partidos.

Que implicações podem resultar do controle dos partidos? Segundo Martins (2008: 114), os partidos modelam significativamente os termos por meio dos quais se fundamenta a relação entre eleitos e eleitores, instituída pela representação política. Ou seja, esta instituição dirige e disciplina seus parlamentares.

No processo representativo, os partidos políticos se encontram intrinsecamente ligados à eleição e ao voto. A eleição é um dos valores característicos do regime democrático. Nesse sentido, este processo político associa-se à noção de democracia representativa, isso porque é um mecanismo central de constituição do governo representativo. Ou, como preceitua Duverger (1985, p. 58), é uma pedra angular das democracias liberais, que se baseiam no princípio segundo o qual para alguém exercer governo sobre os outros, uma vez que todos são livres e iguais, é preciso que seja escolhido para assim o fazer.

É com a acepção acima que a eleição é associada a ideia de democracia, bem como é vista como processo de participação no cenário político, pois se constitui no exercício da cidadania, e deixa de ser uma simples concessão de direitos políticos. Dessa forma, garante-se a possibilidade real de os cidadãos manifestarem de maneira periódica para a escolha dos governantes.

Dahl (1998) coloca a eleição política como requisito essencial à democracia, considerando esta como "instituição política" de base das modernas democracias representativas. A eleição resulta da necessidade de eleger representantes para condução dos assuntos políticos. Nestes termos, a eleição se torna uma forma de democracia, uma

vez que o povo elege seus representantes de forma periódica e justa. Ao traduzir a vontade do eleitor, o voto concretiza o princípio da representação popular.

Dito isso, menciona-se uma problemática que está presente na literatura: estariam os eleitores se sentido representados pelos partidos políticos? Haveria uma crise de representação?

A democracia consolidada no século XX caracteriza-se pela competição política e pelos partidos políticos organizarem as eleições, processo essencial para a legitimação dos representados. Historicamente, os partidos sempre foram considerados essenciais para o funcionamento da democracia representativa. Conforme Baquero (2000):

Embora, ao longo da história, os partidos permanentemente tenham demonstrado sua ineficiência nas tarefas de mediação efetiva das demandas entre Estado e sociedade, nunca houve questionamento sobre sua importância e significado a democracia. Assumia-se que as crises eram temporárias e cíclicas. De fato, em determinados contextos, a desconfiança com a política e com as instituições políticas são vistas como um sinal de saúde da democracia, desde que não comprometa os princípios da democracia deliberativa. (BAQUERO, 2000, P. 151)

Portanto, os partidos, enquanto instituições, sempre foram considerados essenciais e, mesmo diante de certa ineficiência, como não há índices consistentes nem são feridos os princípios da democracia deliberativa, não há necessidade e motivo para falar em crise, segundo Baquero.

No entanto, no diagnóstico de parte da literatura existe uma crise da democracia representativa, expressa através dos partidos políticos que aparentam um declínio na importância nas democracias contemporâneas, ainda de acordo com o autor. Esse declínio levou a uma reorientação dos estudos sobre partidos políticos a fim de avaliar as novas relações políticas entre o Estado e sociedade civil.

Um dos primeiros estudos sobre a crise é de Kirchheimer (1990). O autor analisa a transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental em 1960 e mostra como os partidos perderam identidade, fazendo-os não se distinguirem ideologicamente e programaticamente, pois os partidos se burocratizaram e perderam seu caráter classista no início do século XX, com propostas difusas e com o único objetivo de ter mais votos e conquistar o poder.

Ou seja, aqueles partidos de massa que se caracterizavam fortes ideologicamente e que tinham uma identificação com determinada parcela da população perdeu a vez para partidos burocratizados que apenas queriam chegar ao poder, mesmo que para isso precisassem perder suas características formadoras iniciais. Castells (2001) argumenta

que, além dos partidos políticos, a própria democracia representativa também encontra-se em crise:

Fundamentado na concorrência aberta entre partidos, capturados na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependentes de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido a práticas ilícitas para a obtenção de fundos de campanhas, conduzido pela política de escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública. (CASTELLS, *op.cit.*, p.402)

Para Castells, os partidos estão se reduzindo a lideranças personalizadas apontadas pelos novos meios de comunicação de massa, bem como se utilizam de práticas ilícitas para chegar ao poder envolvendo escândalos, ficando assim totalmente destituídos de um caráter de confiabilidade da população em geral. Ademais, nesse mesmo estudo, o autor constatou que nos anos 80 e 90 houve o decréscimo de votos aos partidos consolidados. Para ele, as novas condições institucionais e tecnológicas tornaram os partidos obsoletos, tendo como consequência disso a volatilidade eleitoral e o enfraquecimento dos partidos políticos.

Ou seja, para Castells (2001), com a sociedade em rede a mídia toma um papel crucial, pois chega a substituir os partidos enquanto instâncias de representação política. Os partidos políticos com a utilização da comunicação em massa conferem o caráter mais personalista à política, se utilizando de programas fugazes para a mera obtenção do poder. Como consequência, percebe-se o desengajamento da população frente às instituições e aos representantes, uma vez que antes um dos seus principais papéis era a informação política que vem sendo substituída pelas novas mídias.

Portanto, há um afastamento dos representantes dos representados, bem como esse canal de interligação que antes era administrado pelos partidos políticos, encontra-se agora sacrificado pela nova presença das tecnologias digitais, que tomam para si o papel das instituições partidárias e tornam as eleições cada vez mais personalistas.

Desde o trabalho de Katz e Mair (1992), há uma queda no número de filiados aos partidos políticos na Europa Ocidental. Isso mostra uma dificuldade dessas instituições em ter a permanência dos seus membros e angariar novos (AMARAL,2013). Como podemos perceber:

Dados recentes, compilados por Van Biezen, Mair, Poguntke (2012), mostram que houve uma queda de cinco pontos percentuais, em média, em 13 democracias consolidadas europeias nos últimos 30 anos. Nas 27 democracias analisadas na última rodada do estudo, a média de filiados por eleitores ficou de 4,7%. França, Itália, Espanha e Estônia, foram os únicos países que registraram crescimento entre os membros de partidos políticos. (AMARAL, 2013, p. 12).

Segundo Amaral (2013), as explicações para o declínio no número de filiados são diversas e não existe uma resposta final para esse tema. Uma linha argumenta que os partidos são em si uma estrutura em declínio no sistema jurídico (Lawson; Merk, 1998). O que se comprova pela redução de interesse dos cidadãos em fazer parte deles.

Outra linha argumenta, a exemplo de Castells, que os partidos perderam os incentivos para influenciar tantas pessoas/filiados, visto que com a modernização da campanha e os meios de comunicação de massa perderam espaço. Assim, os líderes não precisavam mais deles para ter uma grande quantidade de eleitores e votos (SCARROW, 1996).

No mesmo sentido, Katz e Mair (1995) e Whitley (2011) afirmaram que a aproximação dos partidos políticos com o Estado fez com que diminuíssem os motivos das lideranças para recrutarem novos membros. Aproximação esta não apenas em termos de legislação, mas também por aporte financeiro. Consoante menciona Mair:

De fato, atualmente, na maioria dos países e em quase todas as democracias recém-estabelecidas, a fonte de financiamento preferida passou a ser o tesouro público, de tal modo que o sustento da vida organizacional de muitos partidos é hoje bastante dependentes das subvenções estatais. (MAIR, 2003, p.281).

Além da aproximação estatal e do distanciamento com os representantes, outro aspecto relevante sobre a crise dos partidos políticos é expresso no alto índice de abstenção eleitoral nas democracias consolidadas, como na Europa, Canadá, Estados Unidos e Japão. Peter Mair, no livro *Governo el Vacío* (2015), mencionou que a indiferença no comportamento eleitoral vem de ambos os lados com um distanciamento mútuo entre os cidadãos e os representantes:

a democracia de partidos, que normalmente oferecia um punto de connexion y um âmbito de participacion para los ciudadanos y sus líderes políticos, se está debilitando, com el resultado de las elecciones y el proceso electoral se convierten em poco más que partes dignas de la constitucion democrática moderna<sup>7</sup> (MAIR, 2015, p. 36).

Ou seja, o autor se refere à fragilidade da democracia de partidos, a qual era um ponto de conexão entre os eleitores e os representantes. Os partidos, por sua vez, estão ficando debilitados com a retirada da participação ativa dos eleitores e o desinteresse

---

<sup>7</sup> “A democracia de partidos, que normalmente oferecia um ponto de conexão e um âmbito de participação para os cidadãos e seus líderes, se está debilitando, com o resultado das eleições e do processo eleitoral, se convertendo em pouco mais que partes de dignas da constituição democrática moderna”. (MAIR, 2015, p. 36, tradução nossa).



pela política convencional. Assim, é válido mencionar, que a relação dos cidadãos com os representantes já foi mais estrita e ativa.

De acordo com o mesmo autor (Mair, 2015), em relação às políticas públicas e às tomadas de decisões, estas estão cada vez mais frequentes e lideradas por organizações despolitizadas, como a União Europeia, a Organização Mundial do Comércio, o Fundo Monetário Internacional, etc.

Além do citado, as eleições nacionais vêm diminuindo significativamente a participação na maioria das democracias consolidadas. Durante alguns anos, isso já era estudado, porém os dados empíricos só mostravam uma mera flutuação em que ainda não se podia falar em tendência durante os anos 60 até os anos 80, segundo Rudy Andeweg (1996, pp. 150-151). Pipa Norris (2002) também não encontrou nenhuma prova de uma real diminuição de eleições nacionais, com caídas insignificantes estatisticamente. Consoante afirma Alain Garrigou:

Durante muito tempo não se deu atenção à abstenção, já que ela não pesava nos resultados eleitorais. Evocava-se, de memória, uma porcentagem de participação que pretendia exprimir o interesse provocado pela competição política e passava-se à única coisa que importava: quem ganhou? Depois, foi necessário admitir que a abstenção não flutuava somente de acordo com as eleições, mas continuava a aumentar, mais ou menos regularmente, e por toda parte. (GARRIGOU, 2012)

Outro estudioso, Mark Franklin (2002), descarta que haja motivos para preocupação, pois embora a participação tenha diminuído nas democracias consolidadas, isso só aconteceu com bases em altos índices registrados nos anos 60, o que provavelmente só demonstra uma falta de interesse a curto prazo. Franklin (2004) relacionou o descaso em relação à participação eleitoral com a mudança de geração, mostrando que os jovens, parcela da população cada vez maior, nunca estiveram interessados.

Em quase quatro décadas, como afirmaram Norris e Franklin, houve uma estabilidade dos anos 1950 a 1980, em que a participação na Europa apenas variou, aumentando marginalmente de 84,3%<sup>8</sup>, nos anos 50, a 84,9% nos anos sessenta. Depois, baixou ligeiramente para 83,9% nos anos 70 e a 81,7% nos anos oitenta. Então a diminuição dos anos setenta aos oitenta foi pouca, mas consistente em 15 democracias consolidadas com somente três países em que os dados se inverteram: a Bélgica, Noruega e os Países Baixos.

---

<sup>8</sup> Dados secundários extraídos de Mair 2002.

No entanto, para Mair (2015), essa tendência de diminuição começou a acelerar-se nos anos noventa e, depois, pois houve índices mais baixos registrados, caiu de 81,7% para 77,6% na última década do século XX. O autor demonstra que teve uma congruência assombrosa entre os países democráticos, pois 11 deles desde o século XXI registram as médias mais baixas da história naqueles 10 anos. Tendo como exceções a Bélgica, país onde os registros permaneceram quase invariáveis, e a Dinamarca e Suécia, onde apresentaram os índices mais baixos nos anos cinquenta:

m outras palabras, màs y màs países experimentaron em los años noventa las medias más bajas de su historia, que em algunos casos reflejan descensos muy marcados. Esta tendencia s há mantenido em siglo XX. Como se há señalado, las elecciones de 2001 em el Reino Unido estuvieron marcadas por la participacion más baja desde la llegada de la democracia de massas. Tanto em Francia como em Irlanda las elecciones parlamentarias de 2002 también se caracterizaron por mínimos históricos de participación [...] Desde luego, por qué se mantiene la tendencia a índices cada vez más bajos de participacion es uma question aberta [...] Em cualquier caso, la cuestion clave es que estamos asistiendo a algo que es unidireccional y generalizado, y que ofrece un indicador llamativo del creciente debilitamento do processo electoral<sup>9</sup>.

Desta feita, Mair (2015) pressupõe que os dados não podem ser ignorados por serem chamativos e merecerem análises. Além disso, demonstram a crescente debilidade do processo eleitoral, considerando que segue o mesmo ritmo na maioria das democracias consolidadas. O autor aponta dois outros indicadores relacionados ao comportamento eleitoral: a instabilidade e a incongruência dos eleitores quanto à distribuição de suas preferências partidárias. Ou seja, além de uma menor participação e indiferença dos cidadãos, aqueles que votam ainda o fazem de maneira incongruente, sendo mais voláteis, inseguros e aleatórios. Assim os resultados eleitorais são cada vez menos previsíveis.

Nos anos oitenta, na Europa, a volatilidade eleitoral continuava sendo moderada e muitos dos partidos que lideravam nas eleições dos anos cinquenta continuavam competindo. No entanto, segundo Mair (2015), a maioria das eleições nacionais mais instáveis desde 1950 se celebraram depois dos anos 1990. Assim, para ele, quanto mais recentes são as eleições, menores são as probabilidades de haver eleições previsíveis:

---

<sup>9</sup> Em outras palavras mais e mais países experimentaram nos anos 90 as médias mais baixas da sua história, e em alguns casos refletiram descasos muito marcados. Essa tendência se manteve no século XX, Como se assinalou, as eleições de 2001 no Reino Unido estiveram marcadas pela participação mais baixa desde a chegada da democracia de massas. Tanto na França como na Irlanda as eleições parlamentares de 2002 também se caracterizaram por mínimos históricos de participação [...] Desde logo, porque se manteve a tendência de índices cada vez mais baixos de participação é uma questão aberta [...] Em qualquer caso, a questão chave é que estamos assistindo a algo unidireccional e generalizado, e que oferece um indicado chamativo da crescente debilidade do processo eleitoral. (MAIR, 2015, p. 43, *tradução nossa*)

En suma, desde 1990, parece que hay incluso menos votantes dispuestos a tomar parte em las elecciones, aunque los índices de participación em sí mismos han seguido siendo razonablemente altos, mientras que entre aquellos que participan, há habido una tendència cada vez mayor a que cambien sus preferencias entre unas elecciones y las siguientes. No solo cada uno de esos indicadores há alcanzado um extremo relativo desde 1990 (ya sea em mínimos de participación o máximos de volatilidad) em toda Europa occidental em su conjunto, sino que también tienden a los extremos em una gran mayoría de sistemas políticos. Esto es, desde 1990 se han registrado tanto mínimos extremos de participación como máximo extremos de volatilidad em casi todas las democracias europeas consolidadas<sup>10</sup> (MAIR, 2015, p. 51).

Ou seja, de acordo com Mair (2015), os dados são chamativos, evidentes e consistentes, mostrando que as lealdades partidárias são muito menores, principalmente quando existe volatilidade máxima, pois os cidadãos sequer fazem mais questão de votar. Vejamos Tabela 1

:

**Tabela 1 – Frequência de Eleições com máxima Volatilidade por décadas – Europa Ocidental (%)**

Ano	Núm	%
1950-59	6	13,3
1960-69	1	2,2
1970-79	1	2,2
1980-89	18	4,4
1990-90	4	40,0
2000-09	17	37,8

Fonte: Peter Mair (2015) página 45

A Tabela 1 demonstra que, na Europa Ocidental, depois da década de 90, foram máximos os números de volatilidade em 2000-09, chegando a 37,8%, em contrastaste com os anos de 1950 a 1959 que eram apenas de 13,3% de volatilidade. Esses resultados apenas confirmam a insegurança e a aleatoriedade dos representados na escolha dos representantes a partir dos anos 90.

<sup>10</sup> Em suma, desde 1990, parece que são incluso menos votantes dispostos a tomar parte nas eleições, ainda que os índices de participação em si mesmos tem seguido razoavelmente altos, entre aqueles que participam tem havido uma tendència cada vez maior que mudem suas preferencias entre as eleições e nas seguintes. Não só cada um desses indicadores há alcanzado um extremo relativo desde 1990 (mínimo de participação e máximo de volatilidade) em toda Europa Ocidental em seu conjunto, também nos extremos uma grande maioria de sistemas políticos. Isto é, desde 1990 se tem registrado mínimos extremos de participação com máximos extremos de volatilidade em quase todas as democracias modernas consolidadas. (MAIR, 2015, p. 43, *tradução nossa*).

Destarte, para Bernard Manin (2013) e sua reconsideração sobre a democracia de público, mesmo não havendo uma política de fidelidades duradouras, pois nas eleições sempre se altera a composição do apoio, os partidos políticos continuam essenciais para a democracia representativa, se adaptando às novas formas de mobilização política com o advento dos meios de comunicação de massa.

No entanto, Mair (2015) e Danton e Wattenberg (2000) entendem que os partidos estão perdendo força. Além da volatilidade eleitoral, mencionam que em onze dos treze países estudados da Europa Ocidental, com exceção da Bélgica e Dinamarca, a porcentagem de votantes que afirmam identificar-se com partidos tem diminuído nas últimas décadas. Por tanto, os autores acreditam que não se pode falar em algo circunstancial. Dalton (2000, p. 29) advoga que, se essa tendência se espalha por tantos países, deve estar ocorrendo algo mais geral e profundo.

Além do mencionado no estudo de Dalton, tem-se mais provas desse processo que parece amplo e profundo, um deles é o voto variado de eleição para eleição. Os eleitores votam em partidos diferentes em eleições distintas. Essa prática de acordo com a pesquisa de Dalton (2000) tem se ampliado ao longo do tempo em todos os casos nos quais é possível mensurar o voto tendo por base o partido. Alguns exemplos de países nos quais isso pode ser verificado são: a Austrália, Canadá, Alemanha, Suécia e os Estados Unidos.

Assim, os votos são menos partidistas e mais variáveis, e os eleitores já não decidem antecipadamente, apenas fazendo isso perto das eleições. Segundo Mair (2015):

De nuevo, lo que isto implica es una falta de compromiso estable por parte de los votantes y, por tanto, también una falta de interés. Así pues, no es sorprendente que esos votantes también participen cada vez menos em actividades que requieren más dedicación, ya sea asistir mítines políticos, trabajar para um partido o candidato, convencer a otros de que voten em un sentido determinado o incluso donar dinero<sup>11</sup>.

Ou seja, o que se vê é uma série de índices que demonstram a crise de representatividade que enfrentam os partidos políticos. Este fenômeno político pode ser percebido através dos aspectos e dos dados estudados pelos autores ao pesquisar democracias europeias consolidadas, e além das europeias. Ainda sobre o tema, Van

---

<sup>11</sup> De novo, o que isto implica é uma falta de compromisso estável por parte dos votantes e, por tanto, também falta de interesse. Assim, não é surpreendente que esses votantes também participem cada vez menos das atividades que requerem mais dedicação, ou seja, assistir políticos, trabalhar para um partido ou candidato, convencer outros de que votem ou inclusive doar dinheiro, principalmente no final dos anos 90. (MAIR, 2015, p. 54, *tradução do nossa*).

Biezen (2009) corrobora que os cidadãos estão muito menos despostos a assumir compromisso e obrigações com os partidos políticos. Tal comportamento parece acontecer em todas as democracias consolidadas.

O primeiro estudo com dados agregados sobre partidos políticos foi de Katz e Mair (1992). Os autores analisaram um bom número de países europeus do começo dos anos sessenta até o final dos anos oitenta. Neste estudo, notaram que, embora tivesse ocorrido uma diminuição em alguns países no número de filiados, as filiações não haviam desmoronado.

Em outro estudo Mair e Van Biezen (2001) realizaram análises de novas pautas que incluía dados sobre 13 democracias europeias consolidadas, nas quais assim como democracias mais recentes, a relação do eleitorado com os partidos tinha caído. Os dados eram chamativos: houve uma redução de 9,8% de filiação para 5,7%. Os pesquisadores concluíram a análise notando que os partidos perderam filiados em massa (Mair; Van Biezen, 2001, p.13).

As pesquisas de Mair (2015) evidenciam que as reduções no número de filiados são assombrosas. No Reino Unido e na França, os partidos perderam em torno de um milhão de membros nas últimas três décadas, o que equivale a um terço da filiação registrada em 1980. E mesmo que em alguns países não tenha sido tão grande a queda, em quase todas as democracias estabelecidas se perdeu pelo menos 25% do número de filiados, reduzindo o número quase na metade em relação em 1980.

Desta feita, através dos dados dos autores, se infere que os cidadãos estão sim se retirando da vida política. Os cidadãos que votam estão fazendo isso com menos frequência, de maneira mais volátil, insegura, incongruente e, no momento de votar, estão com menos influencia partidista, diferente de antes. Os dados estão todos apontando na mesma direção: o comportamento eleitoral é cada vez mais acidental,

Outra pesquisa foi a de Freire e Magalhães (2002, p. 26), que mostrou os níveis de abstenção nas democracias consolidadas entre 1970 e 1999. Os maiores índices de abstenção na Europa se deram na França (27,7%), Espanha (25,6%), Reino Unido (25,3%), Finlândia (25,3%) e Portugal (23%). Assim, afirma Alain Garrigou:

O fenômeno atinge dos países de tradição democrática, mesmo nas eleições mais antigas e capazes de mobilizar população. A abstenção atingiu 40% nas últimas eleições de junho de 2001 no Reino Unido. Na França, em mais ou menos vinte anos, a participação diminuiu de 5% a 10%, de acordo com o tipo de eleição. Nas últimas eleições municipais de 2001, a metade dos eleitores inscritos permaneceu à parte em muitas cidades. Algumas eleições batem regularmente recordes de abstenção: na França, foi assim com o plebiscito sobre o quinquennat – que decidiu a duração do mandato – de 2000

(69,3% de abstenções); na Irlanda, o plebiscito de junho de 2001 sobre o tratado de Nice foi marcado pelo índice de 68,5%. Esses exemplos desencorajam as esperanças de democracia direta baseada nesse tipo de consulta. (GARRIGOU, 2002).

Assim, consoante Freire e Magalhães (2002), comparando os anos de 1970 a 1990, verifica-se que, com a Espanha de exceção, todas as democracias ocidentais apresentaram menor índice de participação, o que não seria relacionado aos diferentes tipos de governo. Ainda corroborando com esta observação, a autora Wojcik (2009) entende que essa tendência global é motivo de preocupação, pois é perceptível não participação nas urnas, o que se configura num desinteresse pela política. Esta nova cultura política pode fazer com que o direito de voto, conquistado com grande dificuldade, deixe de ser mobilizador e passar a ser um “não, obrigado” para muitos.

Como já tinha expressado Bernard Manin (1997, pp. 218-235), a democracia de partidos está se transformando em democracia de audiência, com o abandono dos cidadãos da vida política, claro que isso debilita os partidos políticos que estão diretamente ligados como percussores do processo eleitoral. Com surgimento dos meios de comunicação de massa, os partidos perderam papéis importantes nesse limiar entre a população e os representantes, e a política virou entretenimento aos espectadores, sendo difícil manter partidos fortes.

### **3.1. Partidos Políticos Ainda Importam?**

Os conflitos envolvendo partidos políticos acentuaram-se nos últimos anos. Esses conflitos dizem respeito, sobretudo, ao seu papel e à sua importância. Um ponto muito não pode deixar de ser mencionado: a polaridade ideológica está diminuindo e perdendo significativamente o apoio eleitoral. Para Burnham (1999,2001) em lugar das políticas partidistas e do extremismo anterior, houve o que ele chamou de política da despolitização, que consiste numa estratégia de governo em que a autoridade toma decisões para órgãos não partidários. Nas palavras de Mair (2015, p.67):

En otras palabras, en la política contemporánea cada vez más difícil que un partido o bloque de partidos monopolice el poder, por lo que se ha hecho más frecuente el gobierno compartido. Esto, junto a la necesidad de hallar un equilibrio entre las instituciones nacionales y e las europeas, há conducido inevitablemente a que la política sea menos partidista<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Em outras palavras, na política contemporânea é cada vez mais difícil que um partido ou bloco de partidos monopolize o poder, sendo mais frequente o governo compartilhado. Isto, junto com a

O que isso quer dizer? Que os partidos estão menos ideológicos e menos polarizados, que para ter apoio e vencer uma eleição precisam abandonar suas bases em busca de votos, e cada vez mais os governos são compartilhados, pois é muito difícil com o perfil atual de eleitores, que são voláteis e menos fieis aos partidos, votarem em apenas um deles.

Dos anos 50 aos anos 80, o debate parecia ser claro pela importância dos partidos políticos nas democracias representativas. Como já mencionado, os dados mostravam que as diferenças partidárias eram importantes. Segundo Geoffrey Garret (1998), apesar da globalização e do surgimento dos meios de comunicação de massa, os partidos não perderam a forma de controle político. A globalização na verdade gerou novos apoios políticos para a esquerda, para compensar a redução da classe operária das fábricas e ofereceu novos incentivos políticos. Para ele, os partidos e oposições continuam desempenhando importantes papel com a esquerda e direita no processo político.

No entanto, em pesquisas posteriores, Garrett (2000), através dos novos dados colhidos em seu estudo, chegou à conclusão de que a globalização limita a autonomia interna e contribui para o fim da polarização, ou seja, impõe posições comuns aos partidos. De que forma? Os partidos políticos da esquerda e direita encontram dificuldades de manter identidades diferenciadas.

Cabe destacar que, segundo Mair (2015), as divisões tradicionais continuam por influenciar na hora de votar, assim os trabalhadores seguem votando mais que a classe média em partidos de esquerda, assim como as pessoas que vão às igrejas continuam votando em partidos religiosos. Porém, é importante mencionar que o peso disso diminuiu, pois os partidos precisam aumentar seus grupos de apoio, e dessa forma, os partidos não tem como manter sua base social

Pero para afrontar este cambio social, los partidos también han tenido que aprender a haverse más atractivos para aquellos segmentos del electorado que en el pasado parecían fuera de su alcance: los partidos religiosos han tenido que aprender a buscar el voto secular; los partidos socialistas, el voto de la clase media; los partidos liberales, el voto de la clase trabajadora, y los áridos campesinos, el voto urbano<sup>13</sup>.

---

necessidade de um equilíbrio junto as instituições nacionais e europeias, tem conduzido a uma política menos partidária. (MAIR, 2015, p.67, tradução nossa)

<sup>13</sup> Para afrontar essa mudança social, os partidos têm que aprender a tornarem-se mais atrativos para os segmentos do eleitorado que no passado pareciam fora do seu alcance: os partidos religiosos têm que

Assim, não só o voto se tornou mais volátil com o eleitorado, os próprios partidos não podem manter totalmente suas bases sociais de apoio, pois precisam obter mais votos para que possam ter êxito eleitoral. Portanto, conforme o autor cita, os partidos socialistas tiveram que procurar apoio na classe média, no campo e votos urbanos. Isso apenas confirma que, de um lado, o eleitorado deixa de ter fidelidade duradoura e passa a ser volátil; de outro, os partidos também passam por enfraquecimento ideológicos. Consoante Mair (2007; 2015), a divisão entre esquerda e direita está perdendo a coerência:

Aunque em la Europa contemporánea los votantes sigan situándose en términos izquierda-derecha, y muchos incluso estén dispuestos a situar a los partidos em esa misma dimensión, los significados asociados com estas distinciones son cada vez más distintos y confusos. [...] En este contexto ya no hay significados comunes, y las implicaciones de las posiciones políticas de izquierda o de derecha se vuelven casi opacas.<sup>14</sup>

Ora, se a divisão esquerda e direita vem perdendo a coerência, isso demonstra um enfraquecimento ideológico, uma vez que os partidos precisam se desfazer de suas bases para terem sucesso eleitoral. Antes, os partidos eram ao mesmo tempo representativos e governantes, ou seja, tanto colocavam para os eleitores os possíveis representantes, como estes governavam respeitando a ideologia do partido (WILDENMAN, 1986).

No entanto, segundo Majone (1994), os partidos com frequência também não têm mais controle das políticas públicas. Uma que o estado é regulador, as decisões ficam para órgãos não partidários e com independência de líderes. Portanto, como se nota, os partidos vêm perdendo grande parte de sua finalidade representativa; e os cidadãos, perdendo a sua finalidade de fiscalizar os políticos através destas instituições. Até a divisão esquerda e direita está perdendo a sua capacidade interpretativa. Ademais, falta coesão tanto aos partidos como aos votantes.

Em outras palavras, os partidos pós-guerra disputam as eleições com mais agressividade, buscando obter votos, bem como os partidos no final do século XX se distanciaram da sociedade civil, ou seja, dos votantes que supostamente representam e

---

aprender a buscar o voto laico, o partido socialista o voto da classe média, os partidos liberais o voto da classe trabalhadora, e os do campo, o voto urbano. (MAIR, 2015, p. 72, tradução nossa)

<sup>14</sup> Ainda que na Europa contemporânea os votantes sigam situando-se em esquerda e direita, e muitos estão dispostos a situar os partidos na mesma dimensão, os significados associados com as distinções são cada vez mais distintos e confusos. [...] Nesse contexto não há significados comuns, e as implicações das posições políticas de esquerda e direita se tornam quase opacas. (MAIER, 2015, pp. 84-85, tradução nossa)



se associam aos que competem. Portanto, segundo Mair (2015), a distância entre os votantes e os partidos tem aumentado, e as diferenças entre os próprios partidos se tem reduzido.

Portanto, infere-se que a identificação com os partidos está em declínio. Os vínculos estão debilitados, as filiações diminuíram significativamente, volatilidade aumentou, os eleitores estão mais inseguros e incongruentes, bem como aqueles membros que ainda permanecem nos partidos são menos militantes, ativos e leais.

As funções dos partidos são de mobilizar eleitores, recrutar candidatos, organizar o processo eleitoral, participar do governo e implementações de políticas públicas. Logo se vê que essas instituições são multifacetadas. No entanto, na atualidade, como já mostrado por autores e dados, os partidos vêm se distanciando dos antigos partidos de massa, passando da sociedade para uma ligação maior com o Estado regulador.

Importante mencionar que, Veenendal (2016), em recente estudo, mostrou existem seis pequenas ilhas do Pacífico que vivem em democracia sem partidos políticos, afirmando que empiricamente isso pode ser possível, a exemplo da República de Palau, que tem uma política predominantemente personalista:

Whereas the belief that political parties are necessary elements of democracy is widespread in political science, it is in fact empirically false. Six small Pacific island democracies function without parties, and several explanations for the absence of parties in these countries have been developed. In the present article, an interview-based qualitative analysis of one of these six democracies without parties – the Republic of Palau – is offered in order to examine why parties are absent here, and how the Palauan democracy functions without parties<sup>15</sup>.

Tal autor chega à conclusão que podem existir modelos democráticos completos sem partidos políticos, como a República de Palau, que possui uma política personalista e uma democracia completa. Assim, segundo Mair (2015), parece que os partidos estão cada vez menos necessários na representação e intermediação de interesses. Sendo mais frequente que a articulação de interesses e das demandas populares aconteçam fora das instituições partidárias.

---

<sup>15</sup> Considerando que a crença de que os partidos políticos são elementos necessários a democracia é generalizada na ciência política, essa na verdade é empiricamente falsa. Seis pequenas democracias insulares do Pacífico funcionam sem partidos, e várias explicações para a ausência de partidos nesses países têm sido desenvolvidos. No presente artigo, uma análise baseada em entrevista qualitativa de um dessas seis democracias sem partidos - a República de Palau – é exposta, a fim de examinar por que os partidos estão ausentes aqui, e como funciona a democracia de Palau sem os partidos políticos (VEENENDAL, 2015, p. 1, *tradução nossa*).

Ora, se existem democracias sem partidos políticos, se estes estão perdendo campo na articulação de interesses e demandas populares — não existindo mais lealdades partidárias duradouras, com grande volatilidade eleitoral, baixa participação, e aproximação dos partidos com o Estado e distanciamento dos representados —, pode-se inferir que ainda que estes estejam presentes na maioria das democracias consolidadas, eles passam por uma crise de representatividade.

Mair afirma que, devido à aproximação do governo, os partidos estão muito mais ligados aos órgãos do governo do que à sociedade, o que seria o final definitivo do antigo partido de massas. Consoante cita: “la política tradicional se ve cada vez menos como algo que pertenece a los ciudadanos o a la sociedade, y cada vez más como algo a lo que se dedican los políticos.”<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A política tradicional se vê cada vez menos como algo que pertenece aos cidadãos ou à sociedade e cada vez mais como algo a que se dedicam os políticos.

## *CAPÍTULO IV*

### **REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: O CASO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA COMPARADA (2000-2015)**

A consolidação da democracia moderna no século XX, sobretudo nos países desenvolvidos, é resultado da criação e do aperfeiçoamento de instituições políticas que regulam os conflitos sociais através da competição política, e também da aderência ao sufrágio universal como forma de participação política democrática.

A transição da democracia brasileira, até a consolidação, inicia-se no Regime Militar até Constituição de 1988, modificando as relações entre o Estado e a sociedade. Tal modificação ficou clara na junção entre a representação e a democracia. No cenário pós 88 a democracia deixa de ser oculta e passa a ser a ideia- força da representação. Nesse contexto, o sistema político é marcado pela pluralização do sistema partidário; democratização do sistema eleitoral; reorganização político-administrativa do país; ampliação dos direitos e consolidação da soberania popular. Desta feita, as mudanças ocorridas não se limitaram à arena eleitoral e à representação, mas foram além disso.

Assim, no Brasil pós-88, quando a democracia veio a se consolidar, passamos a ter uma democracia representativa, na qual os cidadãos, através do sufrágio universal, também garantido pela Carta Magna, passaram a votar nos candidatos que deverão representá-los durante os anos de mandato.

A redemocratização trouxe uma série de mudanças com o fortalecimento da representação, o aparecimento do pluripartidarismo, o surgimento do primeiro partido de massas, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a organização dos três Poderes (KECK, 1992; AVRITZER, 2009).

Desde a Constituição de 1988, consubstanciou-se a organização da República brasileira, a qual, no seu artigo primeiro, parágrafo único, declara que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Portanto, a soberania popular é exercida através do sufrágio universal, mediante o qual a população escolherá os representantes, que devem estar filiados a partidos políticos, e estes, por sua vez, assumirão o poder para cumprir seus mandatos.

No entanto, consoante período contemporâneo e discussão abordada nesta pesquisa, os partidos políticos que são o centro da democracia representativa, modelo adotado no Brasil, vêm passando por situação de crise na representação, o que se

constata pela abstenção eleitoral, volatilidade, baixa lealdade, desconfiança nas instituições e, também, declínio de identificação com os partidos políticos. Consoante MOISÉS (2005):

O distanciamento entre a participação política e a resolução de problemas sociais, cria a sensação de impotência no eleitorado que, cada vez mais, sente-se alijado das decisões políticas. Daí a apatia que se traduz na maior parte das democracias políticas ocidentais, no aumento da abstenção. Desta forma, abre-se espaço ao desencanto, a apatia e até a hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas.(MOISÉS, 2005, pp.33-63)

A sensação de impotência do eleitorado torna-se evidente na apatia da população para com os partidos políticos (instituição democrática), bem como no aumento significativo da abstenção eleitoral nas últimas eleições e, na baixa lealdade partidária. Como demonstrado nos capítulos anteriores, depois dos anos 90, os partidos políticos vêm sofrendo queda na sua representatividade, não só no Brasil, mas, em vários países.

Consoante Mair (2015), apesar de antes dos anos 90 os dados ainda não serem tão expressivos para se falar em uma crise de representação dos partidos políticos, após 1990 notou-se que os dados se tornaram expressivos e alarmantes, uma tendência profunda que não pode ser ignorada, pois tornou-se uma tendência geral das democracias consolidadas, conforme demonstrou através de vasta pesquisa na Europa Ocidental.

No modelo de Manin (1995), o poder era exercido pelos candidatos que conquistavam a confiança de seus governados, sobretudo porque mantinham um laço de relação pessoal. Este era o governo representativo do tipo parlamentar. Com a atual crise de representação, o eleitorado, não tem mais aproximação com os representantes, o que torna recorrente o distanciamento entre os representantes e representados, sobretudo em razão da aproximação dos representantes com o governo para fins de financiamento.

Com tal distanciamento, o voto conquistado a duras penas passou a ser deixado de lado pela população, que já não participa da política e tem uma baixa lealdade partidária, já que os atuais partidos são pouco diferentes ideologicamente, com cada vez mais frequente personalização da política e a pouca confiança nas instituições como os partidos políticos. Meneguello, que analisa partidos e eleições, corrobora com a ideia de crise:

Um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo pelo descrédito nos

partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsáveis aos interesses do público. A mesma tendência declinante ocorre para a confiança em instituições (...) esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político. (MENEGUELLO, 2003, p.346)

O que se constata na literatura é que há um consenso do crescimento da abstenção eleitoral, bem como uma tendência geral do declínio da identificação com partidos políticos. Dito isso, para a realização desta pesquisa, que parte da hipótese de Crise de Representatividade dos Partidos Políticos dos anos 2000 a 2015, utilizei metodologicamente de uma abordagem quantitativa a partir dos dados disponíveis nos centros de pesquisa e estudos acadêmicos. Desta forma, utilizei uma base de dados secundária.

Foram escolhidos centros de pesquisa, como o Latinobarômetro, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Datafolha Instituto de Pesquisas, porque seus questionários contêm uma quantidade significativa de perguntas sobre representação por partidos políticos. Depois de realizada a coleta, passei para o procedimento de análise dos dados que será exposto neste capítulo.

Através dos dados colhidos, infere-se que no Brasil, assim como na Europa Ocidental pesquisada por Mair (2015), também há uma evidente crise de representação dos partidos políticos. Assim, vejamos o resultado de uma pesquisa realizada pelo Latinobarômetro em 2015 exposta na tabela 2.

**Tabela 2 - Confiança nos partidos políticos – Brasil 2000 – 2015 (%)**

Ano	Muita	Pouca	Nenhuma
2000	2	29	57
2001	6	38	39
2002	3	28	56
2003	3	32	52
2004	4	34	43
2005	3	32	52
2006	4	35	40
2007	2	32	51
2009	3	36	42
2010	5	33	40
2011	2	34	49
2013	4	29	47
2015	1	36	51

Fonte: Latinobarômetro

Através da Tabela 2, nota-se que a confiança dos brasileiros nos partidos políticos de 2000 a 2015 só tem declinado, caindo para a apenas 1% da população que possui muita confiança, em 2015. Os partidos políticos vêm se enfraquecendo e perdendo o apoio da população que já não mais os concebem como base institucional de sua politização. Há, por decorrência desse fenômeno, uma frequente presença da personalização política e do marketing político, sobretudo depois do advento dos meios de comunicação de massa. Consoante Meneguello (2003):

um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsivos aos interesses do público. A mesma tendência declinante ocorre para a confiança em instituições (...) esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político. (MENEGUELLO, 2003, p. 346).

Nas democracias consolidadas existe uma tendência para a desconfiança nas instituições, com conseqüente declínio de participação eleitoral e intensificação de formas mais participativas de ativismo político, como o ativismo político via internet.

A propensão para o declínio dos partidos políticos, aliada a diminuição do interesse partidário e desconfiança nas instituições foi observada em vários países no contexto das democracias ocidentais. O que leva os partidos políticos a não serem mais explicativos do comportamento eleitoral, com evidência do personalismo dos candidatos, em detrimento do partido ou da ideologia política (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003).

No Brasil, os partidos políticos fracassam, enquanto instituições, sendo objeto de ampla desconfiança dos cidadãos, tanto que consoante pesquisa realizada em 2015 pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) — a qual avaliou a confiança em outras instituições políticas brasileiras, tais como as eleições, o sistema eleitoral, o governo federal, o presidente da república, o congresso nacional — os partidos políticos estão com os menores índices de aceitação da população. Os partidos políticos de 2009 a 2015 permanecem como a instituição que possui menos confiança diante do eleitorado; em 2009, por exemplo, aparece com apenas 31%, e em 2015, com apenas 17% do eleitorado brasileiro, consoante tabela 2 a seguir.

As instituições pesquisadas buscam representar diferentes setores da sociedade brasileira, e a pesquisa coloca a confiança nas instituições democráticas como as últimas

da lista. Assim, as instituições privadas gozam de mais confiança que as instituições da democracia, estando os partidos políticos com apenas 17% de aceitação, índice que só vem decaindo desde os anos 2000, em que o índice era de 31%.

**Tabela 3 – Confiança nas instituições – Brasil – 2009 – 2015 (%)**

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Corpo de Bombeiros	88	85	86	83	77	73	81
Igrejas	76	73	72	71	66	66	71
Forças Armadas	71	69	72	71	64	62	63
Meios de Comunicação	71	67	65	62	56	54	59
Escolas Públicas	62	60	55	55	47	56	57
Empresas	61	60	59	57	51	53	53
Organizações da Sociedade							
Civil	61	61	59	57	49	51	53
Polícia	52	52	55	54	48	48	50
Bancos	61	58	57	56	48	50	49
Poder Judiciário, Justiça	52	53	49	53	46	48	46
Sindicatos	46	44	44	44	37	43	41
Sistema Público de Saúde	49	47	41	42	32	42	34
Governo da cidade onde							
mora	53	50	47	45	41	42	33
Eleições, Sistema Eleitoral	49	56	52	47	41	43	33
Governo Federal	53	59	53	53	41	43	30
Presidente da República	66	69	60	63	42	44	22
Congresso Nacional	35	38	35	36	29	35	22
Partidos Políticos	31	33	28	29	25	30	17

Fonte: Ibope

Além da falta de confiança nos partidos políticos evidenciada na Tabela 3, a insatisfação se faz também com o Congresso Nacional. No Congresso Nacional existem mais 30 partidos políticos, segundo os dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre legendas com registro em pelo menos um dos 27 tribunais regionais do país. É nessa instituição que os partidos políticos têm suas bancadas e onde os representantes atuam de acordo com o nosso modelo de democracia representativa.

Através de pesquisa realizada pelo Latinobarômetro em 2015, constata-se que as instituições perdem credibilidade frente ao eleitorado brasileiro. No Brasil, a confiança no Congresso é pouca ou nenhuma, estando mínima parcela da população com muita confiança nessa instituição, o que se nota a seguir na tabela 4.

**Tabela 4 - Confiança no congresso – Brasil 2000 - 2015 (%)**

Ano	Muita	Pouca	Nenhuma
2000	4	36	42
2001	9	40	31
2002	7	35	35
2003	7	34	34
2004	9	34	27
2005	7	34	36
2006	8	35	29
2007	5	35	38
2009	7	40	25
2010	8	32	20
2011	4	36	31
2013	6	34	35
2015	3	41	36

Fonte: Latinobarômetro

Mesmo os partidos políticos e o congresso nacional sendo componentes essenciais para a democracia, os cidadãos são descrentes quanto ao seu funcionamento. E a descrença destaca-se no Brasil em alto índice se comparado a outros países da América Latina, chegando a ser o segundo país com o menor índice de confiança, só perdendo para o Peru:

**Tabela 5 - Confiança no congresso – América Latina 2015 (%)**

Países	
Uruguai	45
Nicaragua	36
Venezuela	31
República Dominicana	30
Honduras	30
Guatemala	27
Bolívia	26
Argentina	25
Equador	23
Colômbia	22
El Salvador	20
Chile	19
Panamá	18
Costa Rica	17
México	17
Paraguai	14
Brasil	13
Perú	8

Fonte: Latinobarômetro



Apesar dos partidos políticos e o congresso nacional oferecerem suporte ao modelo democrático nas democracias consolidadas ocidentais, verifica-se nas tabelas 4 e 5 a baixa confiança e um risco dos cidadãos se tornarem indiferentes à política, o que se evidencia também pelos indicadores de abstenção eleitoral.

O crescente número de abstenções de eleitores pode ser notado nas pesquisas realizadas na Europa Ocidental, cujas eleições também atingem seus pontos máximos de abstenção eleitoral. Segundo Mair (2015, p. 41), a participação eleitoral na Europa Ocidental caiu de 81,7 % para 77,6% na última década do século XX, e caiu 75,8% na primeira década do novo século, sendo o nível mais baixo registrado em todas as décadas pós-guerra.

Esse crescente número de abstenção eleitoral pode ser notado também no Brasil, que nos anos de 2002 a 2014 teve um aumento no número de abstenções para 27.698.475 nas eleições presidenciais brasileiras, de acordo com pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2014, demonstrada na Tabela 5.

**Tabela 6 - Eleições presidenciais – Brasil 2002 – 2014**

Ano	Aptos Totalizados	Compareceram	Abstenção	Votos Válidos	Votos Nulos
2002	115.253.816	94.805.583	20.448.233	84.952.512	6.976.685
2006	125.913.134	104.820.459	21.092.675	95.996.733	5.957.521
2010	135.804.043	111.193.747	24.610.296	101.590.153	6.124.254
2014	142.821.358	115.122.883	27.698.475	104.023.802	6.678.592

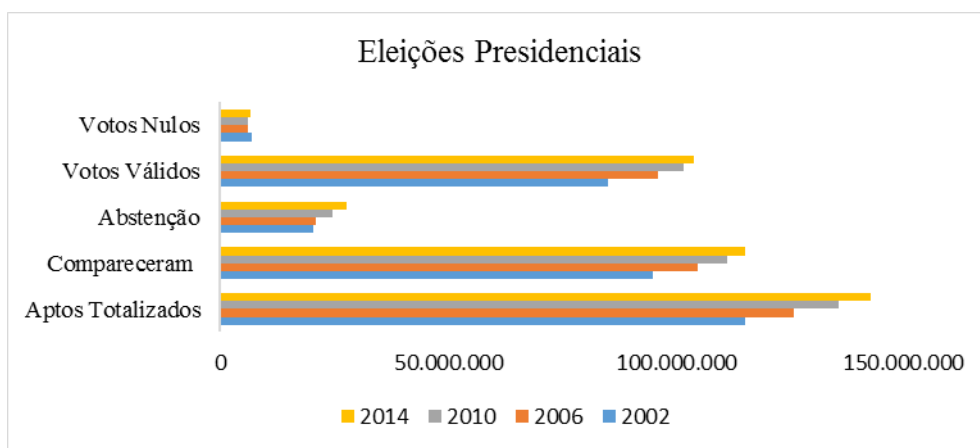
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Mair (2015) constatou que a tendência da abstenção e pouca participação eleitoral se manteve no século XXI. Para isso, aponta que em 2001 as eleições do Reino Unido foram marcadas pela participação mais baixa já registrada desde a chegada da democracia de massa, tendo o mesmo acontecido na França e Irlanda, que também registram níveis mais baixos.

Seguindo a tendência da Europa Ocidental pesquisada por Mair (2015), o Brasil, se comparado aos demais países da América Latina, apresenta índice de participação menor que a média, de acordo com pesquisa realizada pelo Latinobarômetro<sup>17</sup> em 2015. Esta pesquisa aponta que o Chile, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, Uruguai, Brasil e Paraguai têm registrado participação menor que a média.

No Brasil, seguindo a linha de baixa participação, no ano de 2014, as eleições presidenciais tiveram o nível de abstenção eleitoral registrado maior desde 2002, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral presentes no Gráfico 1. Em 2014, 19,4% do eleitorado brasileiro não compareceu às urnas - 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país.

**Gráfico 1 – Abstenção eleitoral – Brasil – 2014 (%)**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No Brasil, a participação eleitoral, se dá, dentre outras formas, através do voto obrigatório. O voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos que estejam em pleno gozo de seus direitos políticos. Consoante dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral<sup>18</sup>, nas eleições brasileiras de 2008 a 2014, mais da metade dos eleitores com mais de 70 anos deixaram de votar. O índice de abstenção foi bem acima da faixa entre 16% e 24% dos eleitores em geral.

<sup>17</sup> Ver a Pesquisa de evolução da participação eleitoral colhida no site <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf> - acesso em 2/01/2016> página 29.

<sup>18</sup> Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

Dentre as justificativas obtidas pelos maiores de 70 anos, o Ibope<sup>19</sup> ouviu que estes tinham cansado de votar e preferiam aproveitar a vida. Infere-se da pesquisa que muitos brasileiros estão insatisfeitos com a atuação dos representantes e preferem abster-se da participação eleitoral:

Entre os entrevistados que optaram por não votar mais, desde que atingiram uma idade em que foram desobrigados disso, o estudo mostra que há maior distanciamento de questões ligadas à sociedade em geral, pois parecem preocupados quase que apenas com eles mesmos e com sua família. Eles demonstram falta de credibilidade em relação aos governos e governantes, bem como certo desânimo quanto à possibilidade de mudanças em prol do cidadão<sup>20</sup>.

Pesquisa Datafolha<sup>21</sup>, realizada em 2014, mostra que 57% dos brasileiros, entre 18 e 70 anos, não votariam nas próximas eleições caso o voto fosse livre. Os dados apontam que a taxa dos brasileiros que não votariam caso o voto não fosse obrigatório é a maior já registrada pelas pesquisas Datafolha.

Em 1989, 44% desses eleitores não votariam; em 1994, 49% não votariam, índice que se manteve até 2006; em 2014 atingiu o recorde de 57%. Esse levantamento foi realizado nos dias 07 e 08 de maio de 2014, com 2.844 entrevistas em 174 municípios do país.

Os brasileiros mostram distanciamento, pouca ou nenhuma confiança nas instituições democráticas, abstenção eleitoral com índices elevados se comparados a eleições passadas, bem como baixa participação eleitoral com dados evidenciando que muitos só votam em razão do voto ser obrigatório, seguindo a mesma tendência de crise de representação dos partidos políticos nas democracias consolidadas.

Manin (2013), na sua reconsideração da democracia de público, aponta a falha dos partidos políticos na mediação social e o distanciamento dos representantes dos representados, em contraste com o modelo representativo do tipo parlamentar no qual havia uma aproximação dos eleitores com os candidatos. Mair e Van Biezen (2001), analisando as democracias europeias, constatam que os partidos políticos são caracterizados por crescentes níveis de promiscuidade, não conseguindo mais mobilizar os cidadãos, o que vêm a explicar o declínio da participação eleitoral, em declínio em

---

<sup>19</sup> Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

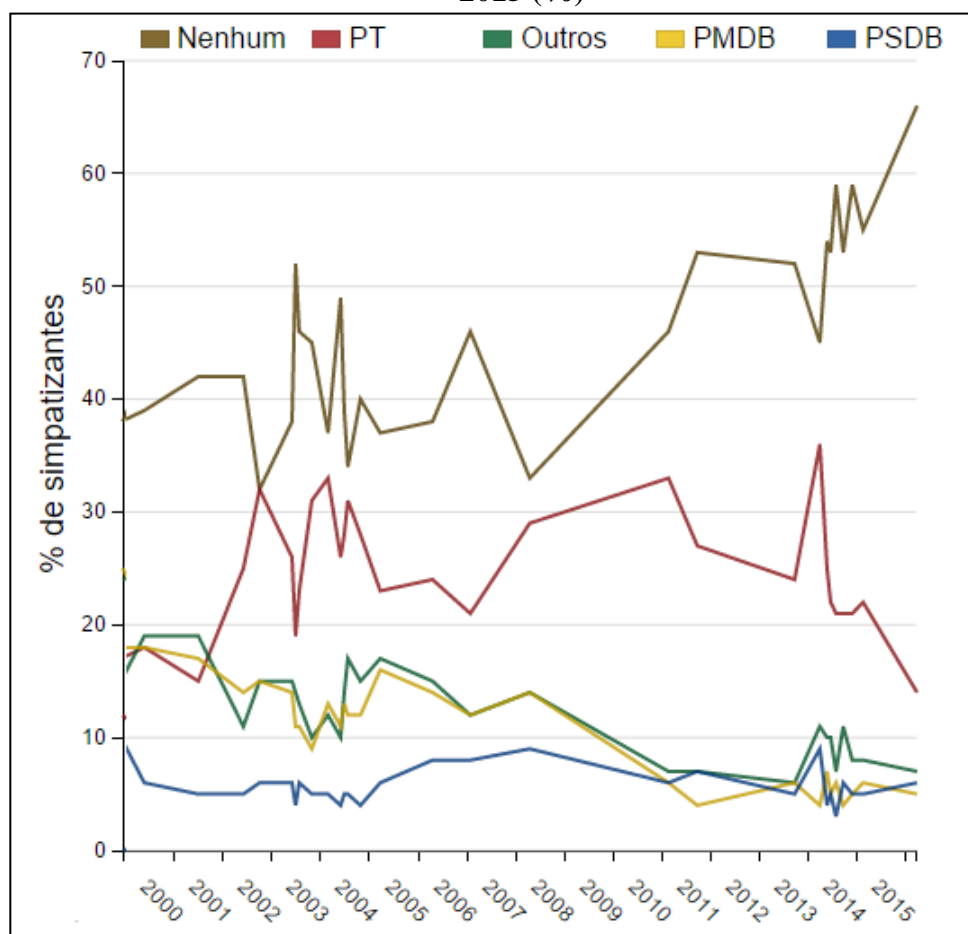
<sup>20</sup> Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

<sup>21</sup> Ver <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>>

todo o mundo democrático avançado. A mesma promiscuidade apontada pelos autores, como motivo de desconfiança e baixa participação eleitoral, pode ser notada no Brasil, país da América Latina que possui altos índices de corrupção e com 51% da população não confiando em partidos políticos, além de figurar que tem mais confiança em instituições privadas que as democráticas.

Ademais, além dos crescentes índices de abstenção eleitoral nas eleições presidenciais brasileiras apresentados, também há um distanciamento dos representantes com os representados, o que se infere pela pequena parcela da população que simpatiza com os partidos políticos, com quase 70% da população não simpatizando com nenhum dos partidos. Esses dados só vem subindo desde o ano de 2000, com aumento de quase 30%, o que se nota no gráfico 2 extraído de pesquisa do Ibope realizada em 2015.

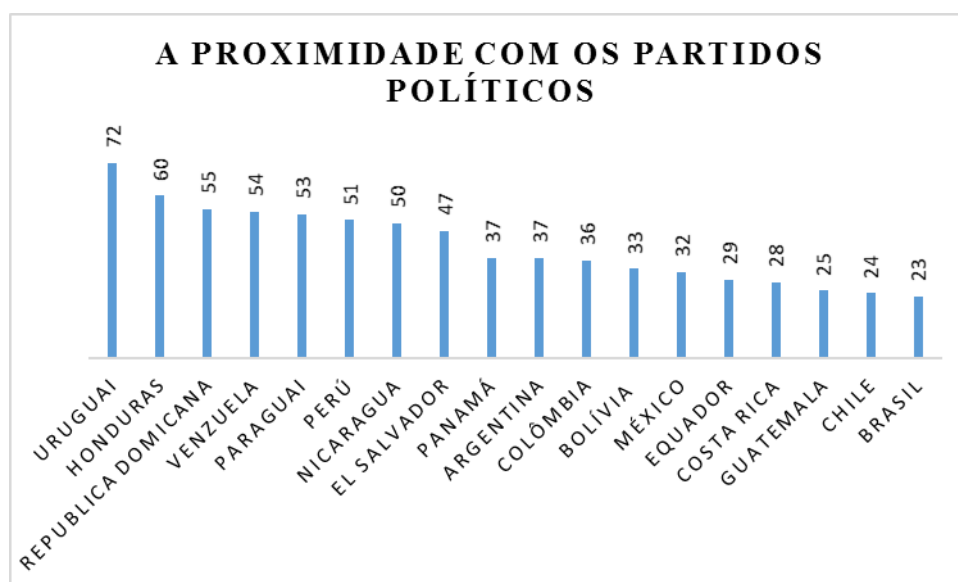
**Gráfico 2 – Pessoas que simpatizam com os partidos políticos – Brasil 2000**  
– 2015 (%)



Fonte: IBOPE

Mesmo os partidos políticos estando no centro da representação política, enquanto orientadores da conquista, exercício e manutenção do poder, os índices de nenhuma simpatia com os partidos só aumentam no século XXI. No mesmo seguimento, pesquisa realizada na América Latina em 2015 pelo Latinobarômetro, aponta que o Brasil tem a menor porcentagem da população com proximidade com os partidos políticos. O distanciamento citado no modelo de Manin (2013) aplica-se na América Latina, e especialmente no Brasil que tem apenas 23% da população próxima as instituições partidárias, enquanto o Uruguai tem 72% da população com tal proximidade, consoante gráfico 3.

**Gráfico 3 – A proximidade com os partidos políticos – América Latina 2015 (%)**



Fonte: Latinobarômetro

O gráfico 3 assevera com veemência que o Brasil atinge o mais alto nível de distanciamento com os partidos políticos na América Latina, tendência que se espalha não só na Europa Ocidental pesquisada por Mair (2015), mas também nos outros países como Estados Unidos e Japão, estudados por Dalton (2000) e Pippa Norris (2002). O Brasil se situa no extremo com 23% e o Chile com 24%. O Uruguai se configura como o país que tem mais percepção de representação política e que tem partidos com mais pessoas participando, enquanto o Chile e o Brasil se configuram como países que tem debilidade de representação política e um sistema de partidos com menos participação.

Consoante Costa (2010), a falta de credibilidade dos partidos políticos se dá, dentre outras razões, pela sua fragilidade institucional e pelo comportamento nos parlamentos:

Em relação aos partidos políticos, a falta de credibilidade, entre outros aspectos, se dá, com poucas exceções, em função da sua fragilidade institucional, na ausência de democracia interna (seu controle “oligárquico), das suas alianças e coligações (sem qualquer compromisso programático ou ideológico), do comportamento nos respectivos parlamentos (Municípios, Estados e Congresso Nacional), etc. e quanto aos políticos em particular, da distância entre o que prometem quando candidatos e o que fazem quando eleitos, criando o que o sociólogo argentino Guillermo O’Donnell (1999) chama de “sistema de violação dos mandatos”, frustrando os eleitores e gerando consequências negativas em relação à democracia. (COSTA, 2010, p. 101).

Nessa mesma linha de que os partidos estão em crise de representatividade, Antonio Gutierrez-Rubi (2011), em estudo na Espanha, demonstrou que no movimento Democracia Real, já acontecido em 15 de maio de 2011 no país, teve como principal característica a ausência partidária como forma de organização. Uma das críticas do movimento, além do governo, direcionou-se aos partidos políticos e aos políticos em geral, demonstrando que foi um movimento antipartidos, mas não apolítico. O autor demonstra que os partidos perderam o privilégio exclusivo da representação, e assevera que as manifestações mostraram que é possível a população se organizar sem tais instituições. Consoante Gutierrez-Rubi (2011), as manifestações, inclusive as árabes (Primavera Árabe), mostraram que a população pode se organizar sem os partidos políticos. Para ele, o desconforto com os partidos políticos não é recente e a população demonstra muita insatisfação com os partidos políticos.

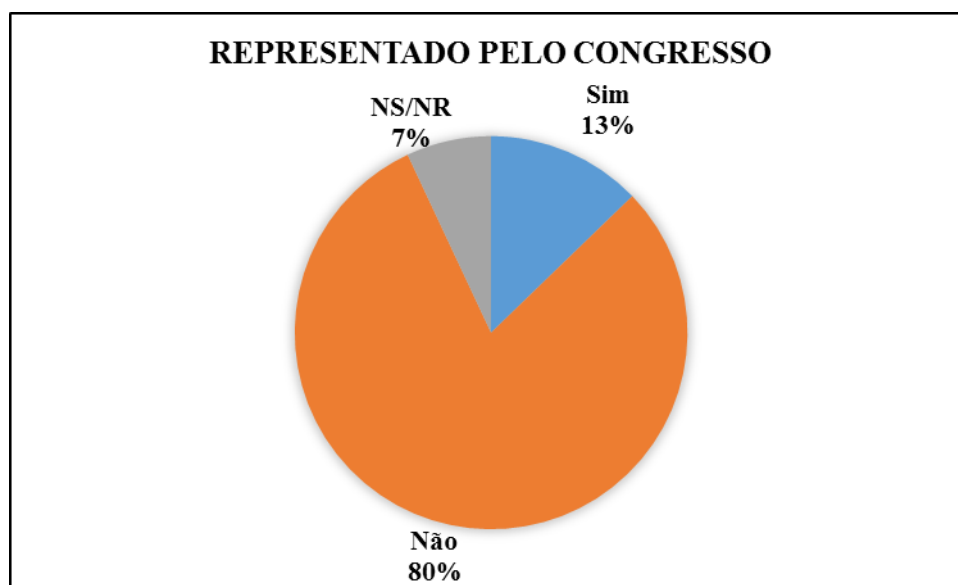
O mencionado acima se confirma ainda mais através dos dados apontados nas tabelas e gráficos acima que, através dos dados colhidos nos centros de pesquisa acadêmicos, Latinobarômetro, Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa Estatística (Ibope), Datafolha, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), demonstram a descrença com os partidos políticos no Brasil, seguindo a mesma tendência das outras democracias. Em estudo na Europa, Dalton, Mcallister, Wattemberg (2003) já mostravam que os dados registravam uma média de apenas 16% de confiança nos partidos políticos em toda União Europeia. Isso demonstrou que, atualmente, nenhum estudioso afirma que o apoio público aos partidos políticos e à estrutura do governo partidário está a aumentar nos países.

Atenta-se mais ainda para uma debilidade da democracia representativa quando apenas 21% da população brasileira encontra-se satisfeita com o modelo de democracia

brasileira, de acordo com pesquisa feita pelo Latinobarômetro<sup>22</sup>, em que só três países tiveram mais da metade de sua população satisfeita com a democracia: Uruguai, Argentina e República Dominicana.

A democracia representativa tem como centro os partidos políticos, os quais, após as eleições legislativas, têm a sua atuação no congresso nacional com as bancadas, exercendo a representação dos cidadãos a nível legislativo. No entanto, o eleitorado brasileiro, além de pouco confiar e ter proximidade, também não se sente representado pelo congresso nacional, assim como 89%<sup>23</sup> não se sentem representados por partidos políticos. Isso ficará mais evidente a partir dos dados da pesquisa realizada pelo Latinobarômetro, os quais veremos no gráfico a seguir:

**Gráfico 4 – Representação pelo Congresso – Brasil 2015 (%)**



Fonte: Latinobarômetro

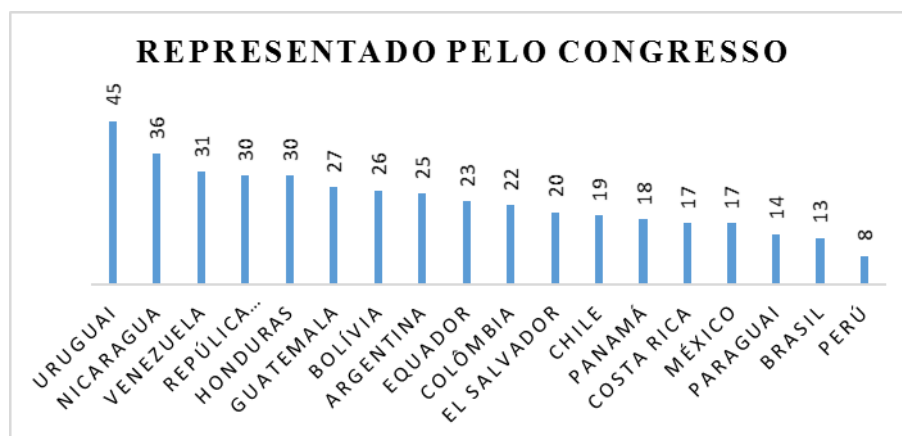
Os números são alarmantes e não podem ser ignorados: 80% dos cidadãos brasileiros não se sentem representados pelo congresso nacional; em contrapartida, apenas 13% dos cidadãos sentem-se representados, enquanto 7% não respondeu ou não sabe. Essa porcentagem em comparação com os demais países da América Latina, coloca o Brasil como o segundo país com mais baixa porcentagem de representação

<sup>22</sup> “En el año 2015 sólo tres países registran más de la mitad de su población satisfecha con su democracia: Uruguay, Argentina y República Dominicana” página 35. Disponível em <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf>> Acesso em 02/02/2016

<sup>23</sup> Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx> (Acesso em 19/08/2015)

pelo congresso, perdendo apenas para ao Peru, consoante gráfico 5 extraído de pesquisa realizada pelo Latinobarômetro 2015.

**Gráfico 5 – Representação do Congresso na América Latina – 2015**



Fonte: Latinobarômetro

O Brasil, além de ter os índices mais baixos de confiança e ligação com os partidos políticos, tem o segundo mais baixo índice de representação pelo congresso nacional, perfazendo apenas 13% da população que se sente representada, resultado díspar com o Uruguai que tem 45% da população.

Comtempla-se ainda que na América Latina como um todo há desconfiança nas instituições e, principalmente, há uma baixa porcentagem de cidadãos que se sente representada. Mesmo o Uruguai, que tem o índice mais alto, não tem sequer metade da população sentindo-se representada, perfazendo um total de 45%. A participação é um dos grandes temas da democracia e se manifesta através de diversas maneiras nas democracias estabelecidas. O sistema político tem como uma de suas funções a representação, e em vários países da América Latina, têm-se uma dificuldade em representar, com poucas pessoas que se sentem representadas pelos partidos políticos e pelo congresso.

Outro indicador desses números de baixa representação foram as Manifestações ocorridas no Brasil em 2013 e 2015, pois os centros de pesquisa ouviram muitos brasileiros. Em 2013, o IBOPE<sup>24</sup> Inteligência ouviu dois mil e dois manifestantes, em oito capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Distrito Federal) no dia 20 de junho. Constatou-se que a

<sup>24</sup> Ver <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>> Acesso em 19/08/2015.



maioria dos manifestantes dizia não se sentir representado por partido (89%) ou político brasileiro (83%). Entre os entrevistados, 96% alegaram não ser filiados a nenhum partido político e 86% não eram filiados a nenhum sindicato, entidade de classe ou entidade estudantil.

Nas manifestações de 2015 ocorridas no Brasil, os dados obtidos pelo Datafolha<sup>25</sup>, também, demonstram que os manifestantes sequer têm preferência por partidos políticos, pois 51% deles não têm partido preferido. Ampla maioria (94%), porém, não tem filiação partidária, e entre os filiados se destacou somente o PSDB (3%). A fatia dos que disseram não ter ligação com nenhum dos grupos que organizaram os protestos é de 91%. Entre os que declararam ter ligação, 3% disseram fazer parte do *Vem pra Rua*, 2%, do *Revoltados*, e 1%, do *MBL*, entre outros menos citados.

Em geral o poder não é exercido diretamente pelo povo, mas por meio dos representantes, que são eleitos por via da eleição, se tornando esse consentimento, de representante para representados, essencial. O que vemos nos dados é que esse liame encontra-se fragilizado, tornando a representação política, que tem como centro dos partidos políticos, comprometida como meio de se organizar a democracia. A respeito da problemática, percebe-se pelos índices demonstrados a debilidade dos sistemas políticos nos países latino-americanos, em especial o Brasil. O mencionado se assevera através das capacidades de representação debilitadas.

No Brasil vivemos em um Estado Democrático de Direito, tendo no centro disto os partidos políticos. O trabalho aponta uma fragilidade pela qual passam as instituições no Brasil, principalmente os partidos políticos e o congresso nacional, através dos índices baixos de confiança, proximidade, capacidade de representação e abstenção eleitoral. Este estudo comprovou, portanto, que consoante atinou Mair (2015), em sua pesquisa na Europa Ocidental, que os números não podem ser ignorados e que a tendência de uma crise de representação dos partidos políticos se segue nas democracias consolidadas, incluindo nestas o Brasil, bem como muitos países da América Latina.

---

<sup>25</sup> Ver <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml> (Acesso em 20/10/2015)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das informações coletadas na presente pesquisa, atingiu-se um diagnóstico geral: os partidos políticos passam por crise de representatividade perante o eleitorado brasileiro entre os anos de 2000 a 2015. Partindo desse pressuposto, foi possível constatar através da análise empírica, bem como da reunião das concepções interpretativas do fenômeno, que as instituições políticas brasileiras, principalmente os partidos políticos e o congresso nacional, possuem pouca confiança, pouca proximidade e pouca simpatia dos seus representados.

Este estudo mostrou que não se pode mensurar a crise de representatividade dos partidos políticos sem as variáveis aqui adotadas, quais sejam: confiança nos partidos políticos, instituições e no congresso nacional, a participação eleitoral, a representação pelos partidos políticos e no congresso nacional, a proximidade e simpatia com os partidos políticos. Os partidos políticos estão no centro do sistema representativo político, são orientadores da conquista, organizam o processo eleitoral, recrutam candidatos, além de preparar e implementar decisões políticas. No entanto, esse papel determinante dos partidos políticos vem sofrendo uma crise.

Na trajetória do trabalho foram utilizadas pesquisas empíricas desenvolvidas em outros países, especialmente a de Peter Mair (2015) feita na Europa Ocidental, na qual o autor constatou a debilidade dos partidos políticos como representantes da sociedade, demonstrando que os partidos pouco se diferenciam no campo ideológico, e que existe uma aproximação com o Estado e o desaparecimento do antigo partido de massas. Aponta ainda a grande volatilidade eleitoral, com os eleitores escolhendo os candidatos de forma personalista e menos através de partido, inclusive decidindo seu voto perto do dia das eleições, demonstrando a baixa lealdade partidária, pois poucos eleitores de fato votam através de partidos políticos. O personalismo político fica em evidência através do surgimento dos meios de comunicação de massa, e Dalton (2000), Pippa Norris (2002), Wattenberg (2002), Mair (2015) asseveram que os partidos políticos perderam a posição de explicadores do processo eleitoral, evidenciando o surgimento dos meios de comunicação de massa como formadores de opinião política, em detrimento dos partidos políticos como meio de politização. Os autores apontam um distanciamento dos populares da política convencional, ou seja, uma relação enfraquecida entre os representantes e representados, que antes era estreita e ativa. Demonstrando assim uma indiferença com a política, estando os índices de participação eleitoral nas eleições com

índices baixos. Mair (2015) assevera que os números na Europa Ocidental não podem ser ignorados, que após os anos 90 a participação no processo eleitoral diminuiu significativamente nas democracias consolidadas e que essa tendência se estendeu ao século XXI, o que mostra, segundo ele, que o fenômeno é generalizado. O mesmo autor demonstra que os atuais eleitores são mais voláteis, inseguros e mais aleatórios para demonstrar suas preferências, o que torna os resultados das eleições menos previsíveis; e afirma que quando os cidadãos se abstêm de votar, mostram uma lealdade partidária muito menor. Os eleitores votam em partidos diferentes em eleições distintas. Essa prática, de acordo com a pesquisa de Dalton (2000), tem se ampliado em todos os casos nos quais é possível medir-se ao longo do tempo como na Austrália, Canadá, Alemanha Suécia e Estados Unidos. Assim, os votos são menos partidários e mais variáveis, e os eleitores já não decidem antecipadamente. Se os eleitores votam em partidos diferentes, é porque não têm lealdade, o que assevera mais ainda o personalismo político e a prática da volatilidade eleitoral. Para Van Biezen (2009), os cidadãos estão muito menos dispostos a assumir compromisso e obrigações com os partidos políticos. Essa característica é onipresente em todas as democracias consolidadas.

Manin (2013), em sua reconsideração da democracia pública, aponta que não haveria uma crise da democracia representativa, apesar de os partidos estarem perdendo lealdades duradouras. Menciona a transformação da democracia de partidos para a democracia de audiência, um novo modelo no qual os meios de comunicação de massa são formadores de opinião.

Mair (2015), além de apontar a volatilidade dos eleitores que mudam de partido em eleições distintas e sem qualquer lealdade partidária, aponta que os próprios partidos perderam sua caracterização essencial, pois para vencer no jogo político, ou seja, angariar votos, precisam desvencilhar-se de suas características primordiais; aponta ainda que os partidos socialistas procuram votos da classe média, os partidos liberais votos da classe trabalhadora, e os partidos do campo votos urbanos. Assinala também que a divisão esquerda e direita perde sua capacidade interpretativa e que, para os partidos conseguirem chegar ao poder e ter votos, perdem sua coesão e ordem interna. Portanto, o importante para os partidos, segundo o autor, é chegar ao governo, ou seja, ter êxito eleitoral, com conseqüente ajustamento dos programas, políticas e estratégias do partido.

Outro aspecto enfatizado por Mair (2015) é o distanciamento dos partidos com a sociedade civil, a qual representa, e a aproximação destes com o Estado, ficando este

último com o papel financiador. Assim, as organizações partidárias ficam mais distantes dos representantes e mais orientadas pelo governo. Infere-se que os partidos estão cada vez menos necessários para processar a representação de interesses, saindo os partidos da esfera da democracia popular, o que antes caracterizava os partidos de massa. Com o desaparecimento dos partidos de massa e a aproximação dos partidos com o Estado, estes perderam suas características classistas, tendo como objetivo o sucesso eleitoral, levando-os a procurar apoio e votos em diferentes setores da sociedade, enfraquecendo a divisão esquerda-direita e a ideologia partidária.

Em recente estudo, Veenendal (2016) mostrou que têm seis pequenas ilhas do Pacífico que vivem em democracia sem partidos políticos, afirmando que empiricamente isso pode ser possível, predominando na República de Palau uma política personalista, corroborando o enfraquecimento dos partidos políticos e a crise de representatividade.

O autor evidencia a possível presença de um modelo democrático sem partidos políticos, e menciona o personalismo político, já muito presente desde o surgimento dos meios de comunicação de massa, atualmente mais utilizados que os partidos. Parcela significativa da população Europeia vota em candidatos, sem influência partidária, o que ratifica as teses de Mair (2013) as quais mostram a volatilidade, os votos personalistas e pouca lealdade partidária.

Trazendo a pesquisa para o contexto brasileiro, através de dados colhidos dos centros de pesquisa, Latinobarômetro, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Datafolha Instituto de Pesquisas, estes demonstram que o Brasil segue a mesma tendência da Europa Ocidental pesquisada por Peter Mair em 2015, ou seja, os partidos políticos estão enfraquecidos no jogo político como representantes da população.

A confiança dos brasileiros nos partidos políticos de 2000 a 2015 só tem declinado, caindo para a apenas 1% da população que possui muita confiança, em 2015, e se comparado às instituições privadas, as instituições democráticas como o congresso nacional e os partidos políticos figuram com os menores índices. Na América Latina, o Brasil encontra-se como país com menos confiança, perdendo apenas para o Peru.

O Latinobarômetro<sup>26</sup> registrou que o Brasil tem participação menor que a média, e segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teve nas eleições presidenciais

---

<sup>26</sup> Ver Pesquisa de evolução da participação eleitoral colhida no site <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf> - acesso em 2/01/2016 - página 29

de 2014 o maior nível de abstenção eleitoral registrado desde 2002, com 19,4% do eleitorado brasileiro não comparecendo às urnas – 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país.

Os brasileiros confirmam distanciamento, pouca ou nenhuma confiança nas instituições democráticas, abstenção eleitoral com índices elevados se comparados a eleições passadas, bem como baixa participação eleitoral, com dados evidenciando que muitos só votam pelo voto ser obrigatório.

Os eleitores já não têm mais proximidade e simpatia pelos partidos políticos, havendo desconfiança e distanciamento entre os representantes e representados, em contraste com a democracia apresentada por Bernard Manin (1995). De acordo com pesquisa feita pelo Latinobarômetro: apenas 21% da população brasileira está satisfeita com o modelo de democracia representativa adotado no Brasil. Conforme esta pesquisa, apenas três países da América Latina têm mais da metade de sua população satisfeita com a democracia, sendo eles o Uruguai, Argentina e República Dominicana.

E apontando ainda com mais veemência a crise de representatividade pela qual passam as instituições democráticas, *in casu*, os partidos políticos e o congresso nacional, o último aponta que 80% da população brasileira não se sente representada pelo congresso nacional – local de atuação dos partidos políticos, consoante pesquisa do Latinobarômetro exposta no Gráfico 4. E que 89%<sup>27</sup> da população não se sente representada por partidos políticos.

No que tange aos dados analisados, percebe-se que em consonância com a pesquisa de Mair (2015), no Brasil, os números não podem ser ignorados e seguem uma tendência generalizada que pode ser notada no país, bem como na América Latina, o cenário de uma crise de representatividade dos partidos políticos.

O crescimento dos cidadãos críticos, com desconfiança e descrédito nas instituições democráticas gera consequências desestabilizadoras sobre o sistema político, o que se assevera com a grande insatisfação com o modelo democrático representativo adotado no Brasil. Assim, pode-se concluir que os partidos políticos estão enfraquecidos no processo eleitoral, perdendo espaço para os novos meios de comunicação de massa, o personalismo político e o conseqüente distanciamento com os representados.

---

<sup>27</sup> Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx> (Acesso em 19/08/2015)

Por fim, ressalta-se que a contribuição mais importante deste trabalho foi analisar um aspecto pouco explorado na literatura contemporânea brasileira da Ciência Política e, nessa lógica, demonstrar que a hipótese de enfraquecimento dos partidos políticos tem respaldo nos dados apresentados pelos centros de pesquisa acadêmicos, seguindo a mesma linha na América Latina e na Europa Ocidental, pesquisada por Mair em 2015.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALDRICH, J. H. **Why Parties? The origin and transformation of political parties in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

AMARAL, O.. "O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura." **Revista Debates**. 7.2: 11-32. 2013.

ANDEWEG, R. B.. "The reshaping of national party systems". **West European Politics**. 1995.

AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center; John Hopkins University, 2009.

MANIN, B. **A democracia do público reconsiderada**. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP. 2013.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, M.. **A tese da mobilização cognitiva e o declínio dos partidos**. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 1996. p. 13.

BAQUERO, M.. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGE. 2000.

BATALHA, E. D. S. **A mídia altermundialista: a participação do le monde diplomatique no fórum social mundial**. 2006.

BIRCH, A.. **Representation**. Nova Iorque: Praeger. 1971.

BLONDEL, J.. **Voters, parties and leaders**, Londres: Penguin Books. 1965.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOBBIO, N.. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos** (org. por Michelangelo Bovero), Rio de Janeiro: Editora Campos. 2000.

BRAGA, M. S. S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro. Padrões de Competição Política**. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 2006.

CASTELLS, M. "O Poder da identidade". Volume 2, Rio de Janeiro: **Paz e Terra**. 2001.

COTTA, M.. **Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford University Press,

2000. KITSCHOLT, Hebert (2004). **Diversification and Reconfiguration of Party Systems in Postindustrial Democracies**. *Europäische Politik* (03/2004).
- COUTINHO, C. N.. **Democracia: m conceito em disputa**. Rio de Janeiro, 2001. (Não publicado).
- DAHL, Robert A. **On Democracy**. New Haven and London. 1998.
- DAHL, Robert Alan. **Political opposition in western democracies**. Macmillan Education UK, 1969.
- DALTON, R. “The decline of party identifications”. In: DALTON, R. e WATTENBERG, M (Orgs.). **Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, 2003. p. 295-320.
- DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2003.
- DALTON, R.; WATTENBERG, M. (eds). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- DIAS, Márcia Ribeiro. “Da capilaridade do sistema representativo. Em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas”. In: **Civitas**. Porto Alegre, v.4, n.2, jul.-dez. 2004.
- DUVERGER, M.. (1985). **Os grandes sistemas políticos**, Coimbra: Almedina .17, p. 400-425, 2011.
- DUVERGER, M.. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara. 1987.
- DUVERGER, Maurice. **Institutions politiques et droit constitutionnel**. Paris: PUF. 1971.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.
- ELDERSVELD, S. **Political parties in American Society**. New York: Basic Books. 1982.
- FARREL, D. e WEBB, P. “Political parties as campaign organizations”. In: DALTON, R. e WATTENBERG, M (Orgs.). **Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- FIGUEIREDO, Rubens. **Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político**. Campinas: Cartgraf. 1995.



FOSECA, D. “Partidos políticos e democracia. Enfoque alternativo: o associativismo português e o associativismo sindical”. In: SERRA, P., CAMILO, E., GONÇALVES, G. (orgs.). **Participação Política e Web 2.0**. Covilhã: LabCom Books. 2013.

FREIRE, A. “Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995”. **Análise Social**, p. 115-145. 2000.

FREIRE, A.; MAGALHÃES, P.. “A abstenção eleitoral em Portugal”. **Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais**, 2002.

GARCIA-PELAYO, M. **El Estado de partidos**. Madrid: Alianza. 1986.

GARRETT, Geoffrey. **Partisan politics in the global economy**. Cambridge University Press. 1998.

GUNTHER, R. (eds.). **The future of political parties**. Oxford: Oxford University Press, pp. 136-165, 2002.

HOBBS, T.. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil**, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa. 1995.

HUNTINGTON. **A terceira onda. A democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática. 1991.

IBOPE. **81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como corruptos ou muito corruptos**. [s.l.],2013. Disponível: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-%20.aspx>. Acesso em 22/10/2015

IBOPE. **89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos**. [s.l.], 2013. Disponível: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx> . Acesso em: 22/10/2015.

KATZ, Richard S. **Party organizations: a data handbook on party organizations in western democracies, 1960-90**. Sage Publications Ltd. 1992.

KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. (Ed.). **Handbook of party politics**. Sage, 2006.

KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.

KINZO. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979**. São Paulo: Vértice. 1988.

KIRCHHEIMER, O. “The Transformation of the Western European Party Systems”. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

- LA PALOMBARA, J. e WEINER, M. “The origin and development of political parties”. In: LA PALOMBARA, J. & WEINER, M. (eds.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- LAMOUNIER, B. “O ‘Brasil autoritário’ revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*”. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**. 1988.
- LAVAREDA, J. A. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Objetiva. 2009.
- LAWSON, Key e MERKEL, H. Peter. **When parties fail: Emerging Alternative Organizations**. New Jersey: Princeton University Pres., 1998.
- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LOCKE, John. **Ensaio sobre a verdadeira origem extensão e fim do governo civil**, Lisboa, Edição 70. 1999.
- MADISON, James. (1787), "Federalist 10"; "Federalist 63", in Hamilton et al., 1961.
- MAINWARING, S. **Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization**. Stanford University Press. 1999.
- MAINWARING, Scott P. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias- o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito eleitoral**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- MAIR, P. **Os partidos políticos e a democracia**. *Análise Social*, vol.167, pp. 277-293, 2003.
- MAIR, P. **Gobernando el vacío**. Alianza Editorial. 2015.
- MAIR, P.; VAN BIEZEN, I. “Party memberships in twenty european democracies”. In: **Party politics**, 7(1), 2001.
- MAIR, Peter. “Political Opposition and the European Union1”. **Government and opposition**, v. 42, n. 1, p. 1-17, 2007.
- MAJONE, GIANDOMENICO (1994), “The rise of the regulamentary state in Europe”. **West European politics** 17 (3): 77 – 101.
- MANFREDINI, KARLA M. **Democracia Representativa Brasileira: O Voto Distrital Puro Em Questão**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.
- MANIN, Bernard. “As Metamorfoses do Governo Representativo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29. 1995.
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press. 1997.
- MARTINS, M. M. **Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais**. Lisboa, ISCSP. 2008.
- MARTINS, M. M. “Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma introdução”. **Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**, Universidade Técnica de Lisboa. 2008.
- MENEGUELLO, R.. Eleitorado e reforma. IN: DE MESQUITA BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; COMPARATO, Fábio Konder. **Reforma política e cidadania**. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.
- MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB. 1982.
- MIGUEL, L. F. “Representação política em 3-D –Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 nº51, 2003, pp. 123-140
- MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. Oxford: OUP, 2002. p. 136-165.
- MONTESQUIEU. **O Espírito das leis**, São Paulo, Martins Fontes. 1996.
- NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- NORRIS, P. “Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. **Party Politics**. 2003.
- NORRIS, P. **Digital divide. Civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University, 2001.
- NORRIS, P.; NIEMI, R. G.; LEDUC, Lawrence (Ed.). **Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting**. Sage. 2002.
- NORRIS, Pippa. **Democratic phoenix: Reinventing political activism**. Cambridge University Press. 2002.
- NOVARO, M. “Party organizations: From civil society to the State”. In: KATZ, R. e MAIR, P. (eds.). **How parties organize: Change and adaptation**. London: Sage Publications. 1994.

- NOVARO, M. **Representación y Liderazgo en las Democracias Contemporáneas**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones. 2002.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.
- PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes. 2005.
- PASQUINO, G.. Curso de Ciência Política, Lisboa: Principia. 2002.
- PEREIRA, M. A. **Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital**. In: IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política (Compolitica)., 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica), Rio de Janeiro: 2011.
- PIPPA, N. **A Virtuous Circle? Political Communications in Post-Industrial Democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- PITKIN, H. **The concept of representation**, Berkeley, University of California Press. 1972.
- PUTMAN, R. D. (Org.). **El declive del capital social**. Barcelona: Galaxia Gutemberg. 2003.
- RIAL, Juan. “La representación política em cuestión”. **Revista Contribuciones**, Buenos Aires: Ciedla. No. 157, ano XV, 1998.
- RIBEIRO, G.. in ALVAREZ; S. DAGNINO, E; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG,2000.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**.São Paulo: Nova Cultural. 1973. (Col. Os Pensadores).
- RUBI, A. “Presidente, até a praça”. **Jornal el país**, Madrid, 20 MAI. 2011.
- RUSSELL. J. Dalton. **Political Parties e Democratic Linkage**. Oxford: UK. 2011.
- SAFRAN, William. “The Catch-All Party Revisited. Reflections of a Kirchheimer student”. **Party Politics**, vol. 15, nº 15, 2009, p. 136-165.
- SANTO, Paula. **Sociologia Política e Eleitoral**. 2ª ed. Lisboa, maio de 2011.
- SARTORI G.. “Representational systems”, in: DAVID SILLS, ed., **International encyclopedia of the social sciences**, vol.13, Londres, Collier-Macmillan Publishers. 1972.
- SARTORI, G. **Partidos e sistemas Partidários**. Brasília: Ed.UnB. 1982.

- Sartori, Giovanni. “A teoria da representação no estado representativo moderno”. Belo Horizonte, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. 1962.
- SCARROW, SUSAN. **Parties and their membrs**. Orxford: OUP. 1996.
- SCHERER-WARREN, I. 2008. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Caderno CRH, Salvador, 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez.
- SCHMITTER, P. C. “Parties are not what they once were”. In: DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.). **Political Parties and Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.
- SCHUMPETER, JOSEPH A. *Capitalism, socialism, and democracy*. 2ª edition. New York: Harper and Brothers. 1947.
- SELLE, Per E SVASAND, Lars. **Membership in party of organizations and the problem of decline of parties**. Comparative Political Studies. VI. 23 N.4, January 1991: 459-477.
- SIÉYÈS, E. J. **Vues sur les moyens d'exécution dont les représentants de la France pourront disposer en 1789**. Paris. 1789.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins. **O marketing eleitoral**. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SILVA, Catarina. **A comunicação partidária online: Os websites num contexto não eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Aveiro. 2012
- SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- VEENENDAAL, Wouter P. “How democracy functions without parties The Republic of Palau”. **Party Politics**. 2016.
- VEIGA, L. F. O. **Partidarismo no Brasil (2002/2010)**. Opinião Pública, Campinas, v.
- WARE, A. **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid, Isamo. 2004
- WATTENBERG, Martin. **The Decline of American Political Parties, 1952-1996**, USA: Havard University Press. (1984,1998).
- WEBB, P.; FARRELL, D.; HOLLIDAY, I. (eds.). **Political parties in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2002.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro. 1981.
- WHITELEY, PAUL. “Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world”. **Party politics**, london, V.17, N.1, P. 21-44. 2011.

WOLINETZ, S. Beyond. **The catch-all party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies.** In: LINZ, J., MONTERO, J.R.

WOLINETZ, Steven B. Approaches to the Study of Parties and Party organization in Contemporary Democracies. **Comparative Politics: Western Europe and the United States: foundations of comparative politics**, v. 2. 2005.

WOOD, Ellen Meikisins. "The demos versus 'we, the people': from ancient to modern conceptions of citizenship", in \_\_\_\_\_, **Democracy against capitalism: rebewing historical materialism**, Cambridge, Cambridge University Press. 1995.